



# ADFA



**ÓRGÃO  
DA ASSOCIAÇÃO  
DOS DEFICIENTES  
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVI - N.º 185

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Fevereiro — 1990 — 60\$00

## NOVA SEDE NACIONAL

- assinado o contrato de empreitada da 1.ª fase de construção do «edifício da integração», «casa de Paz de quem viveu a guerra»



## ADFA investe perto de 30 milhões na sua Tipografia-Escola

- mais «*formação*» e mais «*emprego*», igual a «*reabilitação*» e «*reintegração*»

## Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra

- Mensagem «1990» do Secretário-Geral
- Reunião de Malta sobre «A Paz e a Segurança no Mediterrâneo»

## I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique

- Primeiro-Ministro, Embaixador da Guiné-Bissau, Ministro da Saúde e Presidente da Fundação Gulbenkian, entre as personalidades que integram a Comissão de Honra

## CONSELHO NACIONAL

reúne a 10 MARÇO, na Sede para análise do «Relatório de Actividades de 1989» e do «Orçamento para 1990», para além de informação de carácter geral e associativo

Publicado Dec.-Lei 57/90, de 14 JAN, que estabelece o regime remuneratório aplicável aos militares

- Dia 14 de Março, pelas 18 horas, na Sede, sessão de informação e esclarecimento, alargada à questão dos «grandes deficientes em serviço»

## ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos, convoca a Assembleia Geral da ADFA para reunir ordinariamente no dia 31 de Março de 1990, pelas 13 horas e 30 minutos, na sua Sede Nacional, sita no Palácio da Independência, no Largo de S. Domingos, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Apreciar e votar o «Relatório de Actividades do Conselho Nacional», referente ao exercício de 1989.
- 2 — Apreciar e votar o «Relatório de Actividades e Contas» da Direcção Central, bem como o respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central, relativos ao exercício de 1989.
- 3 — Actualização de quotas para 1991.
- 4 — Informações várias da Direcção Central, nomeadamente quanto à construção da nova Sede Social e aspectos legislativos respeitantes a deficientes militares.

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a Assembleia Geral reunirá 30 minutos depois, com qualquer número de sócios.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1990

O PRESIDENTE DA M. A. G. N.  
a) António Reis dos Santos



## Associação Portuguesa de Criatividade

Ao noticiar-se no último ELO a sessão de entrega de diplomas aos formandos dos vários cursos ministrados pela Associação Portuguesa de Criatividade, não se referiu, por lapso, ter a ADFA estado presente à cerimónia, na pessoa do responsável pelo seu Departamento de Formação Profissional, dr. Sarmento Coelho.



No passado dia 14 deste mês estiveram na ADFA, para troca de impressões sobre assuntos de interesse para as duas organizações, os técnicos do Centro de Produção de Material do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, prof.ª Helena Cabrita e dr. Américo.

No encontro, em que participaram o Presidente da DC, José Arruda e os Director e Chefe de Redacção do ELO, Patuleia Mendes e José Manuel Sande, respectivamente, foram abordadas várias questões, nomeadamente a gravação de obras e documentos que mais interessassem aos deficientes visuais e o ELO sonoro.



## Liga Portuguesa dos Deficientes Motores

Realizando-se no dia 23 de Fevereiro a sessão final para apresentação dos

resultados de um «Projecto de Abordagem Comunitária em favor da Pessoa com Deficiência no Distrito de Lisboa», levado a cabo pelo Centro Regional de Segurança Social e pela Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, na Sede desta última, a ADFA far-se-á representar pelo Presidente da sua Direcção Central, José Arruda.



## Estatuto do Deficiente Militar

Tendo a Comissão de Trabalho da ADFA para a elaboração do «Estatuto do Deficiente Militar» entregue já um Relatório, foi decidido nomear os sócios José Alberto Bento Raimundo e Américo Lapa Oliveira Meireles para integrarem a mesma Comissão, assim como designar o associado, e trabalhador do DAJAS, Mário Carvalho Villa-Lobos, para a apoiar, nomeadamente na recolha de legislação.



## IRS

Constituiu assinalável êxito a iniciativa das sessões de esclarecimento e ajuda no preenchimento da Declaração Mod. 1 do IRS, levada a cabo na Sede, tendo sido atendidos para cima de três centenas de sócios, alguns deles por telefone.

## Contactos oficiais



Para além de outros contactos, agendada uma audiência com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para o próximo dia 16 de Março.



Este mês dois destaques, qualquer deles dizendo respeito a ordenados ou vencimentos. O primeiro, resultante do Decreto-Lei 41/90 de 7 de Fevereiro, do Ministério do Emprego e da Segurança Social, e que estabelece, no seu Art.º 1.º, **Os valores da remuneração mínima mensal consagrados nos Art.º 1.º, n.º 1 e Art.º 3.º, n.º 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 69-A/87, de 9 de Fevereiro (1987), passam a ser de 35 000\$00, 34 500\$00 e 28 000\$00, respectivamente**, sendo que aos nossos associados, em princípio, interessa apenas o primeiro, que diz respeito a «restantes trabalhadores», enquanto os outros referem, respectivamente, «serviço doméstico» e «agricultura, pecuária e sicultura».

O segundo diz respeito ao Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, do Ministério da Defesa Nacional, o qual, após várias considerações diz, no seu Art.º 1.º, n.º 1, «O presente diploma estabelece o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes (QP) e em regime de contrato (RC) dos três ramos das forças armadas» e n.º 2, «O disposto no presente diploma aplica-se também aos aspirante a oficial e cadetes dos estabelecimentos militares de ensino superior e aos alunos das escolas de formação de sargentos e praças destinadas ao QP.

E mais adiante:

### Artigo 2.º

#### Direito à remuneração

1 — A remuneração base é um abono mensal, divisível, devido aos militares na efectividade de serviço.

2 — O abono previsto no número anterior não é devido nas situações de ausência ilegítima, deserção, licença registada e licença ilimitada.

3 — O direito à remuneração reporta-se:

a) À data do ingresso no primeiro posto do respectivo quadro, para os militares dos QP;

b) A data do início da prestação de serviço em RC, em conformidade

com as normas estatutárias especificamente aplicáveis;

c) À data da incorporação, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 1.º

4 — A remuneração é paga em 13 mensalidades, uma das quais corresponde ao subsídio de Natal, havendo ainda direito a subsídio de férias, nos termos da lei.

5 — O direito à remuneração extingue-se com a verificação de qualquer das causas que legalmente determinam a cessação do vínculo às forças armadas.

### Artigo 3.º

#### Estrutura indiciária

1 — Para efeitos do disposto no presente diploma, consideram-se escalões as posições remuneratórias criadas no âmbito de cada posto.

2 — A remuneração base mensal correspondente a cada posto e escalão é determinada através de uma escala remuneratória, com um índice de referência igual a 100.

3 — A fixação da remuneração base mensal correspondente ao índice 100 e a sua actualização anual constam de portaria conjunta do primeiro-ministro e do ministro das Finanças.

Seguidamente, e depois de na Secção II tratar de «Prestações Sociais, Alimentação e Fardamento», diz o diploma, na sua

### SECÇÃO III

#### Suplementos

##### Artigo 9.º

#### Suplementos

1 — Consideram-se suplementos os acréscimos remuneratórios decorrentes de particularidades específicas das funções militares e da forma de prestação de serviço em que aquelas se materializam cujos fundamentos obedecem ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, considerando-se extintos todos os que não se enquadrem nesta disposição legal.

2 — Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, e com fundamento no regi-

me especial de prestação de trabalho, designadamente no ónus e restrições específicas da função militar, é atribuído um suplemento de condição militar.

3 — O suplemento referido no número anterior é abonado:

a) Aos militares do QP dos três ramos das forças armadas em efectividade de serviço;

b) Aos militares em RC e, transitoriamente, aos postos militares em extinção, nos termos estatutários.

4 — O suplemento de condição militar é considerado para efeitos de cálculo dos subsídios de férias e de Natal.

5 — O montante do suplemento previsto no n.º 2 é fixado em percentagem sobre a remuneração base mensal auferida pelo militar, com arredondamento para a centena de escudos imediatamente superior, de acordo com o seguinte faseamento:

a) 5%, de 1 de Outubro de 1989 a 31 de Dezembro de 1990;

b) 7,5% de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1991;

c) 10%, a partir de 1 de Janeiro de 1992.

6 — Para efeitos de remuneração na reserva e pensões de reforma, o suplemento de condição militar tem características de remuneração principal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do Estatuto da Aposentação.

Quanto a descontos, refere a

### SECÇÃO IV

#### Descontos

##### Artigo 10.º

#### Descontos

1 — Soube as remunerações dos militares incidem:

a) Descontos obrigatórios;

b) Descontos facultativos.

2 — São descontos obrigatórios os que resultam de imposição legal.

3 — São descontos facultativos os que, sendo permitidos por lei, carecem de autorização expressa do titular do direito à remuneração.

4 — Os descontos são efectuados, em regra, através de retenção na fonte.

##### Artigo 11.º

#### Descontos obrigatórios

1 — São descontos obrigatórios os seguintes:

a) Imposto sobre o ren-

dimento das pessoas singulares (IRS);

b) Quotas para pensões de reforma e de sobrevivência;

c) Desconto para os Serviços Sociais das Forças Armadas e Cofre de Previdência das Forças Armadas;

d) Imposto do selo;

e) Renda mensal das casas do Estado atribuídas aos militares;

f) Penhoras e pensões resultantes de sentença judicial.

2 — Os descontos obrigatórios para a Caixa Geral de Aposentações e Montepio dos Serviços do Estado incidem igualmente sobre os subsídios de férias e de Natal.

3 — O regime dos descontos obrigatórios consta de legislação própria.

Estendendo-se por 30 artigos, o Decreto termina com os vários Anexos das diversas escalas indiciárias, as quais, quer para o QP quer para o RC vomeçam em primeiro-marinho/cabo-adjunto, a que corresponde, no escalão 1, o índice 100.

Entretanto, e pela Portaria n.º 117/90, da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças, da mesma data, é fixado em 63 800\$00 o valor daquele mesmo índice 100, produzindo efeitos a partir de 1 de Outubro de 1989 e vigorando até 31 de Dezembro de 1990.

Dado que, conforme diz o n.º 5 do Art.º 20.º do Decreto-Lei 67/90, «o regime de transição previsto... aplica-se... aos deficientes das forças armadas», a Direcção Central já enviou ao Secretário de Estado da Defesa Nacional um documento no qual solicita, nomeadamente o seu interesse e intervenção no sentido de que os serviços da Caixa introduzam o mais urgentemente possível os novos valores no seu sistema, de forma a que os retroactivos para além das pensões sejam também pagos em breve.

Informam-se, entretanto, os sócios interessados que no próximo dia 14 de Março, pelas 18 horas, decorrerá, na Sede, uma sessão de esclarecimento sobre o novo estatuto remunerativo.

## ÚLTIMA HORA:

### Secretário Nacional de Reabilitação

ELO acaba de saber que o actual Secretário Nacional de Reabilitação, dr. Fouto Pólvora, individualidade tão conhecida da ADFA, sempre presente nos seus momentos altos e grande apoiante do seu trabalho, cessa funções, a seu pedido, muito brevemente.

A Associação perde um interlocutor válido e digno, mas não perde, de certeza, um Amigo, a quem cumprimenta e deseja felicidades em novo posto.



Propriedade, Administração e Redacção:  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência  
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex  
Tel. 346 21 67/8;

Redacção, secretariado, fotografia,  
revisão e maquetagem:  
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues e  
Armindo Roque.

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 7500 exemplares

# DESPORTO

## DESPORTO

### DESPORTO

#### DESPORTO

## Torneio BAS-SINTRA

Com uma equipa formada pelos atletas António Botelho, António Vilarinho, Vítor Borges, Manuel Borges, Jorge Neto, José Pavoeiro e Cândido Sá, a ADFA continua a participar no torneio de basquetebol em cadeira de rodas, BAS-SINTRA, numa organização das APD de Lisboa e de Sintra, com o apoio da Câmara Municipal sintrense.

No primeiro jogo que a nossa representação disputou, vencemos a APD-

/Sintra por 32-17, sendo os seguintes os outros nossos resultados até agora:

- ADFA — 44/GDR «A Joanita» — 23;
- ADFA — 23/CMR Alcoitão — 48 e
- APD/Lx — 19/ADFA — 24.

Assim, e antes da 6.ª jornada (17 Fev), a classificação é como segue:

- 1.º — CMR Alcoitão (4 jogos, 4 vitórias);
- 2.º — ADFA (4 j., 3 v., 1 de.);
- 3.º — APD/Lx (4 j., 2 v., 2 d.);
- 4.º — APD/Sintra (4 j., 1 v., 3 d.) e
- 5.º — GDR «A Joanita» (4 j., 4 d.).

Entretanto os nossos jogadores Vítor Borges, Manuel Borges e A. Vilarinho ocupam, respectivamente, às 3.ª, 4.ª e 5.ª posições na tabela dos

«melhores marcadores», sendo de salientar, ainda, que a equipa da Associação é a 2.ª com menos faltas.

O torneio prossegue com as 6.ª e 7.ª jornadas (APD/Sintra — ADFA, 17FEV e GDR «A Joanita» — ADFA, 18FEV), terminando no fim de semana seguinte, jogando então a ADFA com CMR Alcoitão no dia 24 e com a APD/Lx no dia 25, começando este último jogo pelas 15 horas, no Pavilhão do Atlético de Queluz, após o que se procederá à entrega de prémios.

## Vários

É com todo o gosto que também soubemos que a equipa da ADFA estreou, neste campeonato, novos equipamentos, o que, aliás, faz parte do plano de desenvolvimento das actividades desportivas.

De realçar, neste período, o regresso de um nosso elemento, afastado do desporto da ADFA desde 1983. Trata-se de ORLANDO Ressurreição Alves REIS, campeão nacional no lançamento do peso nos I Jogos Nacionais de Atletismo para Deficientes. Esperemos que este retorno «À casa» sirva de exemplo e que muitos mais apareçam ou reapareçam.

Para terminar, duas pequenas notícias:

— a APD/Leiria vai realizar uma Mini-olimpíada, com várias modalidades, estando já a ADFA convocada e devendo, em basquetebol, realizar um jogo preliminar com o GDR «A Joanita» em 28ABR.

— este ano, os JOGOS MUNDIAIS PARA DEFICIENTES terão lugar na Holanda, Assen, de 14 a 25 de Julho.

## EDITORIAL

A ADFA encontra-se, neste período, num dos mais significativos momentos da sua vida associativa nacional. No curto espaço de três meses, seremos protagonistas e participantes em factos de tão grande diversidade e profunda importância como o do início da construção da 1.ª fase da SEDE NACIONAL da nossa Associação; do CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO para aprovação do seu «Relatório de Actividades de 18981 e do «Orçamento para 1990» da ADFA; da ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA para aprovação dos «Relatórios de Actividades» quer do Conselho Nacional quer da Direcção Central, assim como das «Contas» desta última, com referência ao ano findo e da 1.ª CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, GUINÉ-BISSAU E MOÇAMBIQUE.

O arranque de obras da nova Sede corresponde ao início da realização dum velho sonho de todos os associados! Longe de ser o reflexo do desejo ou da necessidade apenas dos sócios de Lisboa, ela será a «Casa-Mãe» de todos os deficientes militares, não importa em que ponto radicados no Portugal Continental e Insular. Oportunamente nomeada, encontra-se a desenvolver um eficaz trabalho, digno de realce, a «Comissão de apoio à Direcção Central»; acham-se em adiantada fase os contactos já desenvolvidos para a nomeação da «Comissão de angariação de fundos» para a construção, constituindo esta um desafio a que deve corresponder o empenhamento total da ADFA, prevendo-se que a integrem, para além de outros elementos, os Presidentes de Direcção das 11 Delegações, afim de que se obtenha uma maior dinamização e sensibilização de todos os sócios, à volta deste grande projecto de âmbito e de cariz nacionais.

O Conselho Nacional, segundo órgão na importância estatutária e associativa da nossa Casa, é um reflexo indirecto da vontade dos sócios, mas um testemunho da sua capacidade de dinamismo junto das Delegações. Debaterá o CN, a realizar brevemente, as grandes linhas de orientação orçamental para o ano corrente, num projecto apresentado pela



Direcção Central e no qual se introduzem novas filosofia e política de gestão, alicerçadas em critérios e situações mais consentâneas com a realidade actual e nacional da ADFA. O estudo aprofundado de tal proposta, na Sede e nas Delegações, promoverá, seguramente, uma serena discussão e uma consensual aprovação do orçamento da ADFA para o ano de 90, o que dignificará e engrandecerá a função do Conselho Nacional.

De igual modo, e a breve trecho, tal como se encontra estatutariamente definido, reunirá a Assembleia Geral Nacional para aprovação dos «Relatórios de Actividade» do Conselho Nacional e da Direcção Central, tal como das «Contas» da ADFA relativas a 1989 e respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central. Reconhece-se que a dispersão, por todo o espaço do território nacional, dos nossos associados, não tem permitido uma mais massiva participação suas nas Assembleias Gerais realizadas, as quais constituem momentos de alto significado associativo. Na realidade a AGN é o principal espaço de participação democrática de todos os sócios nas deliberações que respeitam à vida da própria ADFA; cite-se, a título de exemplo, a aprovação das quotas para 1991, que constituirão uma base importante no suporte ao orçamento e gestão financeira da nossa Associação e, por outro lado, correspondem ao vínculo e interesse colaborativo do sócio para com a organização. Tão importante como a resolução das decisões de carácter mais técnico, é a participação associativa e o seu debate, pelo que a presença de cada um de nós corresponde a uma resposta afirmativa e a um sinal de confiança no futuro da ADFA.

Aproxima-se, de igual forma e a passos gigantescos, a concretização, durante o mês de Maio, da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, reunião de alto interesse político-associativo para nós e para as organizações congéneres daqueles 3 países irmãos. Constituirá tal reunião, a ser cuidadosamente planeada pela respectiva Comissão, um momento de alto significado para os ex-combatentes dos 4 países e que, pelos interesses já demonstrados, poderá ultrapassar as perspectivas mais específicas da cooperação nas áreas da legislação, da reabilitação e da integração sócio-profissional. Será, assim, um encontro que deve empenhar toda a ADFA, para que se concretize numa realização eivada de profunda responsabilidade e dignidade.

Apontadas as mais importantes e momentosas actividades de carácter associativo da nossa instituição, afigura-se ser de realçar a necessidade de maior reflexão e participação de sócios na nossa vivência colectiva. Não há organização, nem órgãos sociais, que avancem e progridam com projectos que não sejam, profunda e dinamicamente, participados pelas bases em que se apoiam. Temos que assumir, definitivamente, que o futuro da ADFA nos pertence e se cada um de nós constitui um «elo», quantos mais comparecermos e participarmos, mais forte e unida será a cadeia que defenderá os nossos direitos e lutará pela concretização das reivindicações ainda não satisfeitas.

A Direcção Central

## DELEGAÇÕES

### CASTELO BRANCO vai ter consultório médico

Crónica de A. ROQUE

Em visita à Delegação de Castelo Branco pudemos constatar que ela se encontra agora devidamente reparada, depois de a Câmara Municipal ter consertado o mau trabalho que se tinha feito às «três pancadas».

Os nossos agradecimentos pela forma como a Câmara Municipal, desde 1975, tem vindo a apoiar a actividade desta nossa Delegação, localizada em pleno centro da cidade no magnífico edifício do antigo tribunal e onde hoje funciona também o orfeão.

Esta delegação, com mais de seiscentos sócios, abrange uma área muito grande que vai de Portalegre até à Covilhã. Estando quase junto a Espa-

nha os sócios têm grande dificuldade em se deslocarem a Lisboa, sendo assim um apoio inestimável o trabalho que esta Delegação tem prestado aos deficientes das Forças Armadas, com apoio militante e obstinado do trabalhador Garrido.

Em Castelo Branco, apesar da dispersão, todos os sócios se conhecem entre si, um «elo» interminável através das serranias beirãs, conhecendo os problemas uns dos outros, apoiando-se mutuamente, estamos em crer que seria da maior necessidade a criação de um núcleo na Covilhã.

Em virtude das obras realizadas na Delegação torna-se possível a abertura de um consultório, que começará a funcionar



este ano, estando os médicos já contactados. Mãos à obra!

Um dos projectos da Delegação de Castelo Branco é a da implementação da formação profissional, uma vez que vivendo alguns sócios fora de Castelo Branco e dadas as dificuldades de transporte, uma das soluções possíveis para a resolução do problema da sua reintegração profissional seria a da especiali-

zação numa determinada profissão onde posteriormente se poderiam instalar por conta própria.

O desenvolvimento de encontros associativos de carácter cultural e desportivo está também no horizonte, e concerteza contará com o apoio do Presidente da Câmara, César Villa Franca, que apontou no acto de posse, que as actividades culturais seriam uma das suas principais preocupações.

### COIMBRA

Desta Delegação, a informação de extensa reportagem, com entrevistas a José Maia, Presidente da sua Direcção e a Rocha Macedo, da equipa técnica da «pesca desportiva», publicada no «Diário de Coimbra» de 14 deste mês.

Por muito sobre a hora esta notícia, ELO voltará a referir este assunto oportunamente.

### ÉVORA

#### Visita do General Comandante da Região Militar Sul

O Comandante da Região Militar Sul, general Adriano de Albuquerque Nogueira, visitou, no dia sete (7) de Fevereiro, as nossas instalações, acompanhado do Chefe do Estado-Maior, coronel tirocinado Henrique Viegas da Silva.

Durante o encontro, foram focados vários pro-

blemas referentes aos D.F.A.'s, tentando-se sensibilizar aquelas entidades para um melhor apoio à nossa Delegação, quer no aspecto social, quer no aspecto material.

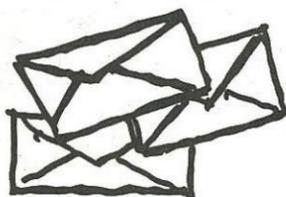
estamos em crer que a visita foi muito proveitosa para nós, agradecendo a amabilidade que muito nos honrou.

### SETÚBAL

#### Assalto às instalações

Chegou-nos a notícia de que a Delegação de Setúbal da ADFA foi assaltada na noite de 24 para 25 de Janeiro último, tendo os prejuízos sido calculados em cerca de 250 contos.

Do facto foi feita participação às autoridades policiais, esperando-se que os autores do assalto sejam identificados em breve.



## Correspondência

Este mês uma carta do nosso sócio n.º 1800, Edmundo Pereira da Silva, da Amadora, tocando uma questão de grande importância e a que ELO já, tantas vezes, se tem referido.

«Em relação ao assunto (já demasiado velho) dos deficientes em serviço com 60% ou superior (aos quais chamo deficientes de segunda) que são funcionários públicos, publicado no nosso Jornal «ELO» de Dezembro passado, creio ser meu dever dizer qualquer coisa, para que, se o entenderem, orientarem a sua publicação no «ELO»; porque, na verdade, isto já ultrapassa o que se pode chamar de «paciência humana».

Entre para a função pública em 1965 e existe um diploma que me dá determinada reforma, caso esteja interessado (e estou mesmo); no entanto, devido ao conteúdo ultrapassadíssimo do D.L. 498/72 de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação), não me é permitida, como sabemos, a acumulação das duas reformas.

Tenho conhecimento que a Direcção da ADFA muito tem feito para a

resolução deste problema; porém, estou convencido que mais qualquer coisa poderia e deveria ter sido feita; e, se repararem, os DFAs já estão abrangidos ao abrigo do Ponto 2 do D.L. 203/87 de 16 de Maio, mas são só os DFAs (e sempre eles — a quem chamo deficientes de primeira) a serem contemplados; no entanto, nem eu em serviço ou o outro em campanha, temos culpa da situação que nos criaram; houve culpas de ALGUÉM sim, mas nunca nossa.

Permitam-me uma pergunta: faltará na ADFA alguém que encontre a forma indicada para explicar aos nossos governantes e legisladores que  $2 + 2$  são 4?...

Entrámos na CEE, não é verdade? Porque motivo os nossos governantes não procedem, para com os seus militares que se deficientaram, como os outros países integrados? Pura e simplesmente estes não misturam a reforma pelo trabalho no funcionalismo público com a sua deficiência, quer em campanha ou em serviço e, mais ainda, não há duas «classes» de deficientes; há, pura e simplesmente, DEFICIENTES MILITARES.

Quero reformar-me; quero dar lugar à juventude; mas, se quando necessitamos de mais ajuda, nos retiram ainda por cima, metade do que considero termos direito, o que é que devemos fazer?

Através desta carta, solicito à Direcção da ADFA um pouco mais de «querer», para que este problema gravíssimo dos deficientes em serviço, que tiveram o azar (e um azar nunca vem só) de caírem na função pública, se resolva rapidamente, aproveitando agora a reformulação ministerial, o que poderá ser muito útil para a resolução deste caso.

É pena que o governo, permitindo (ou obrigando?) em casos semelhantes, a acumulação desde que o deficiente seja funcionário de uma empresa privada, não saiba dar o exemplo, quando se trata dos seus deficientes, que, repito, não têm culpa de serem deficientes.

Aproveito para informar a Direcção da ADFA que vou fazer, ao Exm.º Senhor Provedor de Justiça, um pedido de parecer.

À Direcção e a todos os trabalhadores da ADFA, apresento os meus melhores cumprimentos.

Edmundo Loureço  
Pereira da Silva

## Formação profissional

### BOLSAS DE ESTUDO EM ESPANHA

Para conhecimento dos eventuais interessados, informa-se que a Fundação MAPFRE, através da sua Delegação em Portugal, acaba de noticiar a abertura de inscrições para bolsas para «Formação Profissional de deficientes físicos», sendo a quarta vez que se estende tal acção ao nosso país.

Poderão concorrer todas as pessoas afectadas por deficiência física, adquirida ou congénita, cuja idade esteja

compreendida entre os 17 e os 40 anos.

Os cursos, com a duração de 10 meses, terão lugar no Centro de Reabilitação da MAPFRE, em Majadahonda (Madrid), versando uma das especialidades existentes, cobrindo as bolsas todas as despesas ocasionadas com a formação do bolseiro.

Os interessados poderão solicitar mais informações e fazer a sua inscrição provisória, indicando a deficiência física, a idade e o nível escolar, antes do próximo dia 7 de

Março, para FUNDAÇÃO MAPFRE, Delegação em Portugal, Av. da Liberdade, 40-7.º, 1200 LISBOA.

As especialidades existentes são as seguintes:

Contabilidade, Mecânica de automóveis, Marcenaria, Electricidade de automóveis, Electricidade industrial, Carpintaria de alumínio, Soldadura eléctrica e oxiacetilénica, Controle de qualidade: metrologia, Electrónica: microprocessadores, Autoedição, Bombas de injeção em motores diesel.

### I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique

Mantendo-se em grande actividade, a respectiva Comissão tem desenvolvido inúmeros contactos com vista a uma perfeita organização.

Podemos informar, entretanto, que o Primeiro-Ministro, o Embaixador da Guiné-Bissau, o Ministro da Saúde e o Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, se contam entre as personalidades que aceitaram o convite para integrar a Comissão de Honra da Conferência, esperando-se outras importantes adesões.

### Informações aos sócios

• Conforme já noticiado noutros locais, no próximo dia 14 de Março, 4.ª-feira, pelas 18 horas, realiza-se na Sede uma sessão de informação e esclarecimento sobre o novo regime remuneratório aplicável aos militares, assim como sobre a questão dos grandes deficientes em serviço.

• No próximo dia 10 de Março, sábado, por se realizar a reunião do Conselho Nacional, os serviços de Secretaria e de Cantina estarão a funcionar em horário de dia de semana.

# O OUTRO RENAULT 21



# U

m Renault 21 diferente por fora, com as suas linhas dinâmicas, actuais, envolventes; linhas que não deixam ninguém indiferente.

Um Renault 21 diferente por dentro, com a sua habitabilidade interior única, os seus bancos traseiros rebatíveis assimetricamente, o requinte dos seus novos revestimentos e a notável integração do seu painel de bordo inteiramente redesenhado.

Garantia anticorrosão de 6 anos.  
Modelo apresentado — Renault 21 Bicolor TXI (a comercializar durante 1990)

Um Renault 21 diferente ao volante, com o estilo inconfundível da sua condução, possibilitado pela raça das suas novas motorizações e pelo maior apuro tecnológico das existentes.

Para quem já viu e conduziu, é assim o novo Renault 21 Bicolor. E para si?

Não há como ver e experimentar. Venha ao seu Concessionário Renault confirmar que existe outro Renault 21 — O novo Renault 21 Bicolor.

RENAULT

## Renault 21 - A escolha adulta

Renault Portuguesa, S. A.  
(Sucursal)  
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E  
1900 Lisboa  
Telef. 859 00 58

## Olá Portugal! Fala-vos o casal Pereira, daqui, de Hamburgo!

(Continuado de JAN90)

Retomando a entrevista, melhor, o convívio com o casal Pereira, na sua casa de Hamburgo, recordemos que o entrevistador, após referir que tal conversa pretende ser um contributo para o 15.º aniversário do ELO, dirige-se directamente à anfitriã, Maria Domingas Gonçalves Pereira:

**Ent. — Portanto, Domi, gostava que nos dissesse como foi o teu primeiro contacto com os militares portugueses internados no Hospital Militar de Hamburgo focando, se possível, quando isso aconteceu pela primeira vez. Seria interessante saber, se te lembras, quem foram os primeiros que conheste.**

**Domi. — O primeiro grupo veio para cá em 1963, creio que em Outubro ou Novembro. Nessa altura eram, tenho a impressão, dez e estavam todos juntos num quarto...**

**Maria Domingas prossegue as suas recordações, lembrando vários internados, entre eles um Gaspar que esteve lá, pelo menos, 7 ou 8 meses e o Rui Baptista que está agora na Escola de Electromecânica, como Major.**

Seguidamente, e a uma pergunta do entrevistador, conta que, sendo solteira e não conhecendo ainda aquele que viria a ser seu marido, foi desafiada pelo vice-consul de Portugal a visitar os soldados que estavam no Hospital Militar para tratamento, o que prontamente fez, então acompanhada da sua irmã. E até 1967, altura em que teve de ir para a Suíça «já com o Zé», nunca deixou essas visitas, o que era «interessante, porque eles não conheciam aquilo, nem ninguém, nem a língua. Trocávamos livros, falávamos sobre essa leitura e, sobretudo, conversávamos muito, porque alguns tinham graves problemas».

Falando animadamente sobre os passeios e voltas por Hamburgo, Domi recorda que voltou a tudo isso em 74, agora também com o seu marido e até com a pequena Madalena, que havia então nascido. Fala de Natais e do Lemos, a quem o Zé, uma vez, foi buscar ao Hospital da Universidade, onde estava por ter sido operado à vista, para estar presente à consoada, com todos os outros, na sua casa.



Continuando a conversa, o entrevistador recorda que, tendo estado em Hamburgo, pela primeira vez, em 1976, havia então mais elementos da comunidade portuguesa a visitar os nossos militares, o que agora não acontece, em contraste com a família Pereira. E pergunta:

**«Zé gostava que me dissesse a razão pela qual vocês continuam a fazer-nos estas visitas, continuam a ser um 'elo' de ligação que temos aqui na Alemanha, uma família portuguesa com quem convivemos?»**

**José Ernesto Gonçalves Pereira** começando por referir o decréscimo da colónia lusa, por causa dos prémios de retorno dados pelo Governo alemão aos imigrantes, tenta uma análise da situação descrita pelo entrevistador, o que considera um pouco difícil, para não melindrar ninguém. E entre as várias razões que

supõe podem ter existido, fala, por exemplo, em confrontos e conflitos de opinião com alguns internados, em «possivelmente, desenganos com grupos que passaram por cá, com convites que se faziam e, depois de se ter preparada toda a comida, não eram respeitados...»

**Domi**, nesta altura, interrompe e refere uma outra circunstância que, para ela, também terá levado a esse afastamento: é que as pessoas nunca

pensaram que a situação se prolongasse por tanto tempo, acabando por desistir ao fim de alguns anos. «Eu, por mim, e já nem falo no meu marido, gosto de ajudar e ter contacto com vocês. Faço-o com o coração, sem qualquer interesse, por amizade, como tu disseste.»

**Ent. — Ao longo de todos estes anos, vocês contactaram connosco e proporcionaram-nos muitos momentos de convívio, que, cá em casa, quer em passeios, tendo, muitos de nós, ficado a conhecer alguma coisa de Hamburgo, graças a isso.**

Continuando, o entrevistador pede então o relato de algum facto, de algum acontecimento que possa ser recordado ou mais lembrado.

Em resposta, **José Ernesto**, ao mesmo tempo que afirma que o convívio de muitos anos com o pessoal internado levou a criarem-se muitas e sólidas

amizades, reconhece que nem tudo foram rosas, embora 99,9% das recordações sejam agradáveis, o que torna o saldo francamente positivo, nunca podendo uns pagar pelo mal de outros.

**«Oh, Madalena, não me dêes cabo dos meus cabelos!»** — era assim o Vasconcelos, com uns cabelos enormes, encaracolados, de que tinha muito orgulho, a falar para a filha, pequenina, sentada ao lado dele, na cama do hospital.

**«E estarem aqui todos sentados a conversar, entre eles o Jójó, que já ouvi dizer que tinha morrido num atropelamento, em Lisboa, e vemos a Madalena, que ainda era pequena, a dar-lhe de comer, com muito cuidado, porque, como sabem, o Jójó era invisível e faltavam-lhe as mãos. E depois a penteá-lo. Nessa altura creio que o comandante presente era o sr. Lúcio.**

**Nós continuamos a dizer que houve sempre bons momentos; os maus momentos não contam.**

**Também houve alturas em que estávamos aqui contigo, Tó, ou com o Magalhães Alves. Às vezes ficávamos até às 3 da manhã a conversar, a contar anedotas, a falar das nossas vidas e, muitas e muitas vezes, isto aqui funcionava como muro das lamentações. Enfim, são essas recordações que ficam gravadas.**

**Ent. — Vocês, lá em Portugal, já alguma vez foram visitar a ADFA?**

**Domi. — Não. Passámos lá uma vez a procurar o Maurício, mas não estava e não chegámos a entrar.**

**Ent. — Eu julgo poder adiantar uma sugestão...**

E por hoje ficamos por aqui, na conversa com o casal Domi e Zé Gonçalves Pereira. A sugestão do entrevistador terá de ficar para Março.

(Continua)

### Sócios falecidos

**HORÁCIO GARCIA DE CARVALHO**, sócio n.º 8195, natural e residente em Covoada, concelho de Ponta Delgada, faleceu no passado dia 13 de Outubro de 1989, devido a tumor cerebral.

Pensionista de Preço de Sangue, deixa viúva a Snr.ª D. Maria Teresa Raposo de Medeiros.

**ARMELIM RIBEIRO PINTO**, sócio n.º 7964, natural de Moreira do Rei e residente em Trancoso, concelho de Trancoso, faleceu no passado dia 16 de Outubro de 1989, devido a insuficiência renal.

Sócio com 69,2 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em

Moçambique aquando da explosão simultânea de várias minas.

Deixa viúva a Snr.ª D. Maria Eugénia Paixão Pinto e 2 filhos.

**FRANCISCO LUÍS GOUVEIA COSTA**, sócio n.º 6130, natural e residente em Mouronho, concelho de Tábuca, faleceu no passado dia 28 de Outubro de 1989 devido a desnutrição grave.

Sofreu o seu acidente na Guiné.

**ANTÓNIO MARIA LOURENÇO**, sócio n.º 3255, natural de S. Teotónio e residente em Boa Vista dos Pinheiros, concelho de Odemira, faleceu no passado dia 5 de

Novembro de 1989, devido a carcinoma no estômago.

Sofreu o seu acidente em Moçambique.

Deixa viúva a Snr.ª D. Maria Antónia Sezinando Coelho Lourenço.

**MANUEL TOMÉ FERREIRA**, sócio n.º 703, natural de Chefeiros e residente em S. João das Lampas, concelho de Sintra, faleceu no passado dia 24 de Novembro de 1989, devido a tumor cerebral.

Sócio com 26 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Cabiçada quando fazia serviço de abastecimento ao quartel.

Deixa viúva a Snr.ª D. Francelina de Jesus Do-

mingues Ferreira e 2 filhos.

**JOSÉ MANUEL DA SILVA**, sócio n.º 8399, natural de Quintos e residente na Baixa da Banheira, concelho da Moita, faleceu no passado dia 18 de Dezembro de 1989, devido a cirrose hepática trombocitopénica.

Sócio com 31,15 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente na Guiné aquando do rebenatamento de uma granada.

Deixa viúva a Snr.ª D. Maria da Graça Fonseca Anacleto da Silva e 2 filhos.

**Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.**

### APOIO A IMPORTAÇÃO DE VIATURAS

Os sócios da Delegação do Porto da ADFA, ou os seus familiares, interessados na importação directa de viaturas de qualquer marca, deverão contactar a mesma, a fim de obterem as necessárias indicações e outros apoios que os seus serviços estão aptos a proporcionar.

A Sede da Delegação é na Rua Pedro Hispano, 1105 e o telefone o n.º (02) 82 04 03.

### Venda de viaturas para deficientes

#### Documentação necessária

**Deficientes civis (ao abrigo do Dec.-Lei 235/D de 1 Jun. 83)**

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo Centro de Saúde da Área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças como esteve isento.

**Deficientes das Forças Armadas (ao abrigo do Dec.-Lei 43/76 de 20 Jan. 76)**

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

### Serviço da gama «Renault»

**Atendimento aos sócios:**

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: Primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

## Viaturas RENAULT

### PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 01.02.90

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 5 Campus 3 p	895 494\$00	1 187 777\$00
Renault 5 Campus 5 p	945 448\$00	1 246 224\$00
Renault 5 Jeans 3 p	860 007\$00	1 209 625\$00
Renault 5 Jeans 5 p	908 507\$00	1 266 370\$00
Renault 5 GTR 3 p	1 058 585\$00	1 505 352\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 107 493\$00	1 562 574\$00
Renault 5 GTX 5 p	1 263 563\$00	1 877 977\$00
Renault 5 GTD 5 p	1 415 068\$00	2 398 053\$00
Renault 19 TR 3 p	1 185 507\$00	1 659 700\$00
Renault 19 TR 5 p	1 280 001\$00	1 770 258\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 255 216\$00	1 868 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 350 570\$00	1 979 605\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 526 067\$00	2 184 937\$00
Renault 19 GTD 5 p	1 622 648\$00	4 194 390\$00
Renault 19 Chamade TR	1 292 673\$00	1 785 085\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 377 582\$00	2 011 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 566 589\$00	2 220 648\$00
Renault 19 Chamade GTD	1 655 101\$00	4 332 360\$00
Renault 21 Tricorpo GTL	1 655 769\$00	2 346 668\$00
Renault 21 GSD Tricorpo	1 869 183\$00	4 486 796\$00
Renault 21 TDX Tricorpo	2 240 397\$00	6 758 952\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 655 769\$00	2 346 668\$00
Renault 21 GSD Bicorpo	1 869 183\$00	4 486 796\$00
Renault Nevada GTS 5 lug.	1 683 474\$00	2 779 393\$00
Renault Nevada GTS 7 lug.	1 745 853\$00	2 852 376\$00
Renault Nevada TDX 5 lug.	2 155 425\$00	6 659 535\$00
Renault Nevada TDX 7 lug.	2 231 366\$00	6 748 386\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 191 201\$00	1 597 122\$00
Renault Express GTC 5 lug.	1 283 911\$00	1 705 592\$00

#### VIATURAS COM CAIXA DE VELOCIDADE AUTOMÁTICA

Renault 19 GTS 3 p	1 389 404\$00	2 225 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 484 758\$00	2 136 605\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 660 255\$00	2 341 937\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 511 770\$00	2 168 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 690 777\$00	2 377 648\$00
Renault 21 GTS Bicorpo	1 762 747\$00	2 872 142\$00
Renault 21 TSE Tricorpo	2 085 248\$00	3 249 468\$00
Renault Nevada GTS 5 lug.	1 827 064\$00	2 947 393\$00

Transferência+Transportes= R 5 — 12.500\$00; R 19 — 17.500\$00; R 21 — 20.885\$00; R 19 CHAMADE — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES: Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tele: 3462167/89 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tele: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.

# 7 de Fevereiro de 1990, 11.30 h, Salão

— finalmente, a tão desejada assinatura do contrato de empreitada para a construção da

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, pessoa colectiva de Utilidade Pública, Contribuinte Fiscal n.º 5000032246, com sede no Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, em Lisboa, adiante designada por A.D.F.A., representada por José Eduardo Gaspar Arruda, Presidente da Direcção Central e Armindo Marques Matias, Tesoureiro da Direcção Central e



MARQUES INÁCIO, LDA, Contribuinte Fiscal n.º 501458522, com sede em Empreendimentos Areias do Mar, Edifício B, Loja D, Areias S. João, em Albufeira, adiante designada por Empreiteira, representada por Eng.º Manuel Fernando Marques Inácio...

Ajustem entre si um contrato de empreitada, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

## Cláusula 1.ª

1. Pelo presente contrato a A.D.F.A dá de empreitada de mão-de-obra e materiais à Empreiteira que aceita, os trabalhos de construção da 1.ª fase da nova sede daquela. ...»

Quis a Direcção Central da ADFA que o acto de assinatura do contrato de empreitada, embora simples, decorresse num ambiente de dignidade e reconhecimento público de um acontecimento que transcende, em muito, a mera casualidade, quer a nível interno quer externo. E assim, no passado dia 7 deste mês, com a presença do chefe do Gabinete do secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Constante Nunes, e em sua

representação, dos c/almirante Isaías Gomes Teixeira, brigadeiro Espírito Santo e brigadeiro FA Fortes Monteiro que representavam, respectivamente, os chefes de Estado-Maior da Armada, Exército e Força Aérea, do eng.º Vozzone, em representação do secretário nacional de Reabilitação, do general Themudo Barata, presidente da S.H.I.P., do coronel Monteiro, director do Lar Militar e de outros convidados, entre os quais é justo salientar a dr.ª Rosa Maria Sampaio, da Câmara Municipal de Lisboa, que pelo seu empenhado interesse e trabalho é, como diria José Arruda, uma «madrinha» desta obra, para além de muitos sócios, trabalhadores, e elementos dos vários órgãos sociais e de departamentos da sede, procedeu-se à leitura pública do «Contrato de Empreitada» e da respectiva assinatura.

Após a recepção das várias entidades, e breve troca de impressões na sala da direcção, seguiu-se para o salão nobre do palácio, já cheio de bastantes associados, e onde, depois de todos tomarem assento, o presidente da mesa da assembleia geral nacional, dr. Reis Santos, deu início à sessão, fazendo a apresentação dos convidados e tecendo breves comentários sobre o significado do acto.

Seguidamente, o 2.º secretário da DC, Artur Vilares, coordenador da comissão assessora para a nova sede leu as 21 cláusulas



las de que se compõe o «Contrato» e de onde destacamos:

## Cláusula 4.ª

1. O preço ajustado para o pagamento integral da execução da empreitada é de 136 417 250\$00.

## Cláusula 5.ª

1. A A.D.F.A. obriga-se a efectuar mensalmente à Empreiteira os pagamentos que a esta forem devidos,...



2. A A.D.F.A. não efectuará, porém, pagamentos mensais superiores ao montante de 15 157 000\$00...

## Cláusula 8.ª

1. Os trabalhos previstos na Cláusula 1.ª, devem estar concluídos no prazo de oito meses a contar da data do seu início, que desde já se indica ser a de 20 de Fevereiro de 1990.

## Cláusula 10.ª

1. Ambos os contraentes nomearão representantes qualificados para, de acordo com as suas obrigações contratuais, acompanharem o desenvolvimento dos trabalhos previstos neste contrato, designando-se por Fiscalização o representante da A.D.F.A. e por director de obra o representante da Empreiteira, que terá de ser um engenheiro civil inscrito na Câmara Municipal de Lisboa.



# ã Nobre do Palácio da Independência

## 1 fase da nova Sede Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

2. ...

3. *Compete à Fiscalização verificar, em qualquer momento, se os trabalhos estão a ser correctamente executados, proceder às*



*medições, tomar decisões de carácter urgente quanto ao desenvolvimento dos trabalhos.*

...»

Acabada a leitura do articulado, os presidente e tesoureiro da DC, por parte da Fiscalização, o qual foi, também, então, assinado pelos respectivos técnicos, nossos associados eng.º civil José Bernardino Sardiha (que coordena), eng.º electrónico José Rodrigues Teixeira e arq.º António Ferreira Gomes, aliás, como já referido no Elo, os responsáveis pelo «projecto» da sede.

Seguidamente, o presidente da direcção central usou da palavra para agradecer a presença das várias entidades, referindo, depois, os vários apoios oficiais recebidos, destacando o Ministério da Defesa Nacional, muito particularmente na pessoa do secretário de Estado, dr. Eugénio Ramos, assim como as várias chefias militares, e

também o Ministério do Emprego e Segurança Social, não podendo esquecer o papel fundamental da Câmara Municipal de Lisboa, do seu ex-presidente, eng.º Krus Abecassis, e de alguns dos seus colaboradores, entre eles, e estando presente à cerimónia, a dr.ª Rosa Maria Sampaio.

*«É com profunda emoção que os deficientes das Forças Armadas estão aqui, hoje, em Lisboa, a procurar construir o edifício da integração.»*

*É uma sede modelo, onde todos os deficientes podem entrar e que foi concebida por sócios da ADFA, um arquitecto e dois engenheiros, três homens deficientes que viveram a guerra e estão agora a construir uma casa de Paz.*

*É ainda um espaço onde queremos receber os veteranos, aqueles que, infelizmente como nós, estiveram na guerra, mas que hoje, felizmente, como o Mundo inteiro, começam a acreditar na Paz.*

*Especialmente, também, esta casa vai acolher aqueles que, conosco, foram protagonistas de uma guerra.*



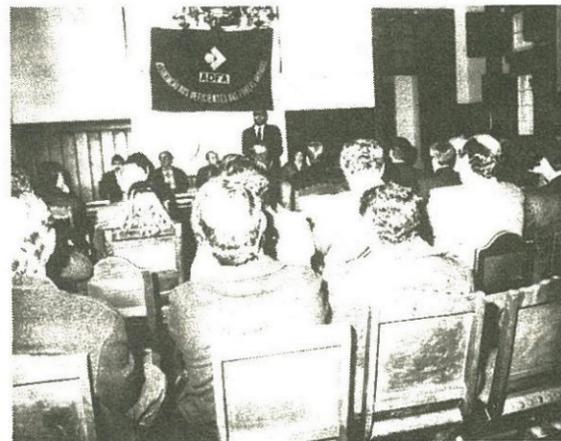
**Vamo-nos abraçar!**

*É esta a sede que queremos construir».*

Foram estas algumas das frases, comovidas, que José Arruda disse, lembrando

ainda, nesta sua intervenção, o Conselho Nacional da ADFA que em 24 de Outubro de 1987 decidiu a construção de uma sede de raiz, assim como recordou os antigos directores, majores Maurício e Lopes Dias, presentes na sala.

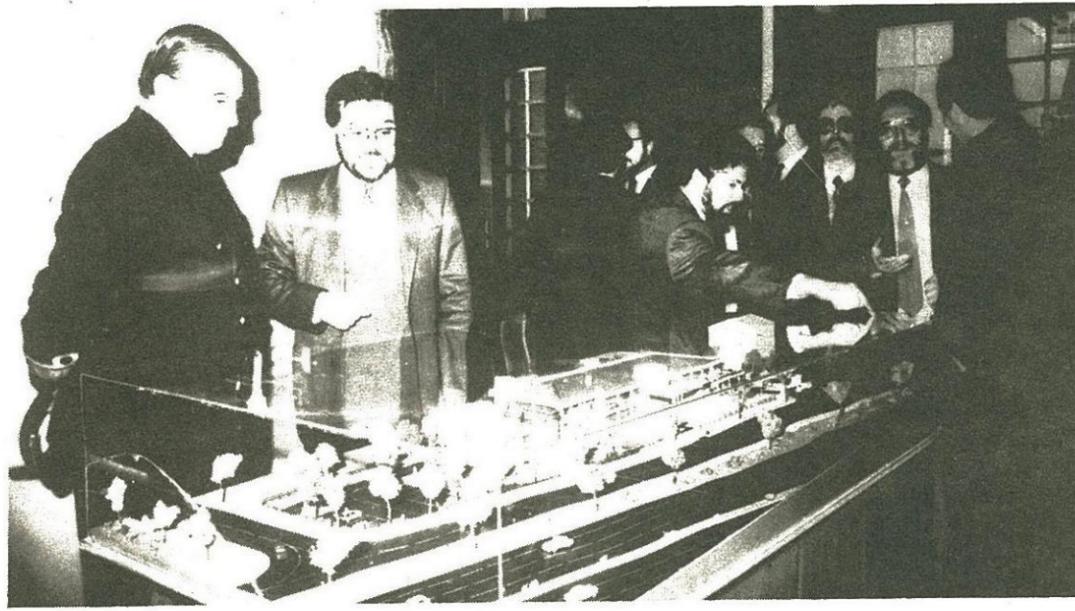
Referindo-se à 2.ª fase dos trabalhos, e afirmando que há um forte querer de que ela comece ainda este ano, supondo-se que os restantes apoios oficiais não falhem, concluiu que *«já não queremos ser mais um País adiado; nós já não somos uma ADFA adiada!»*



Antes do encerramento da sessão pelo presidente da mesa da assembleia geral nacional, usou ainda da palavra o representante do secretário de Estado da Defesa Nacional o qual, tecendo comentários elogiosos à Associação e ao seu trabalho, garantiu a vontade daquele governante, e do seu gabinete, em dar o apoio possível à causa dos deficientes das Forças Armadas.

Terminado tão simples quanto significativo acto, os presentes dirigiram-se para a sala da Biblioteca onde foi servido um beberete, ocasião agradável para todos, convidados, amigos, sócios e trabalhadores, trocarem impressões e conversarem, denotando-se enorme entusiasmo pela obra em marcha e a reafirmação, se mais possível, da vontade de prosseguir, que não de terminar, já que a nova sede é uma etapa e não a meta.

Finalmente, e a sugestão da direcção central, houve almoço com ementa especial, no refeitório, a que não quiseram faltar grande número de sócios e trabalhadores, os quais, assim, prolongaram, animadamente, a cerimónia da manhã.



# 11.30 h, Salão Nobre do Pa

mpreitada para a construção da 1ª fase da nova Sede Nacional

**Cláusula 5.ª**

1. A A.D.F.A. obriga-se a efectuar mensalmente à Empreiteira os pagamentos que a esta forem devidos,...

2. ...

3. Compete à Fiscalização verificar, em qualquer momento, se os trabalhos estão a ser correctamente executados, proceder às



2. A A.D.F.A. não efectuará, porém, pagamentos mensais superiores ao montante de 15 157 000\$00...

**Cláusula 8.ª**

1. Os trabalhos previstos na Cláusula 1.ª, devem estar concluídos no prazo de oito meses a contar da data do seu início, que desde já se indica ser a de 20 de Fevereiro de 1990.

**Cláusula 10.ª**

1. Ambos os contraentes nomearão representantes qualificados para, de acordo com as suas obrigações contratuais, acompanharem o desenvolvimento dos trabalhos previstos neste contrato, designando-se por Fiscalização o representante da A.D.F.A. e por director de obra o representante da Empreiteira, que terá de ser um engenheiro civil inscrito na Câmara Municipal de Lisboa.

medições, tomar decisões de carácter urgente quanto ao desenvolvimento dos trabalhos.

...»

Acabada a leitura do articulado, os presidente e tesoureiro da DC, por parte da Fiscalização, o qual foi, também, então, assinado pelos respectivos técnicos, nossos associados eng.º civil José Bernardino Sardinha (que coordena), eng.º electrónico José Rodrigues Teixeira e arq.º António Ferreira Gomes, aliás, como já referido no Elo, os responsáveis pelo «projecto» da sede.

Seguidamente, o presidente da direcção central usou da palavra para agradecer a presença das várias entidades, referindo, depois, os vários apoios oficiais recebidos, destacando o Ministério da Defesa Nacional, muito particularmente na pessoa do secretário de Estado, dr. Eugénio Ramos, assim como as várias chefias militares, e



## FMAC

Federação Mundial de Antigos Combatentes  
e Vítimas de Guerra



Mensagem «1990»  
do Secretário-Geral

No princípio do ano, o Secretário-Geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, Serge Wourgaft, dirigiu uma mensagem às associações membros, a qual pelo seu significado, vamos transcrever.

1990

No momento em que começa o último decénio do segundo milénio, como não estar cheio de esperança perante o formidável avanço que, em prol de mais liberdade e dignidade, marcou o ano findo, particularmente na Europa.

Como, também, não se alegrar pelos progressos conseguidos na cooperação internacional, pelo avanço das negociações sobre a redução dos armamentos; pela importância crescente do «Processo de Helsínquia» e pela tomada de consciência da interdependência do Mundo.

Esta evolução não é senão a concretização dos princípios e da orientação preconizados pela FMAC ao longo dos anos e que foram objecto dos nossos esforços.

Mas sabemos, também, que as dificuldades

persistem e que pelo Mundo fora centenas de milhões de homens e de mulheres conhecem a opressão e a miséria.

Milhões de antigos combatentes e vítimas de conflitos recentes ou em curso, continuam a sofrer, cruelmente, no seu corpo e no seu espírito, os horrores da guerra.

Neste ano de 1990, que verá a celebração do 40.º aniversário da Federação, devemos estar, quer confiantes perante os progressos realizados, quer determinados a prosseguir os nossos esforços por um Mundo pacífico, livre e justo.

## PONTO DE ENCONTRO

## MALTA

Soturna e larga cortina de chuva fecha o horizonte, à proa do navio. Sabemos que estamos muito perto de Malta, mas ninguém consegue lobrigar, na névoa, a ilha que os Cavaleiros de S. João de Jerusalém, vindos, como nós, de Rodes, tornaram memorável. O Voltaire, apesar da sua tonelagem, é sobre o Mediterrâneo convulso, obra tão leveira como uma vetusta galera.

... Pelas dez da manhã, as agrestes costas de Malta ostentam-se perante os nossos olhos. As arribas amarelentas sucedem rocas escuras, ribanços escalavrados, pedras brutas trabalhadas pelo mar ao longo dos milénios. Depois, aquilo que já se espera: as primeiras fortificações, as primeiras muralhas e as modernas defesas britânicas, disfarçadas por detrás dos antigos bastiões dos Cavaleiros de Malta. Dois molhes, terminando em faróis, correm a estreitar a entrada do porto. Entre eles passamos, vagarosa-

mente. Logo, a atenção é arrebatada pelo espectáculo deslumbrante.

La Valette, segundo porto natural do Mundo, é, no Mundo, um dos portos mais belos.

... Este azul sem par da água completa uma policromia maravilhosa, como o amarelo, o laranja e o escuro do casaredo, o verde dos jardins altaneiros e o azul-anil do céu que tudo cobre. Imenso pano de ópera, dir-se-á que rompemos o limite do planeta e nos encontramos num mundo imaginário. Perante nós abre-se estranha paisagem das Mil e Uma Noites. Temos de fazer um esforço para materializar, para humanizar quanto nos cerca. E só pelo pormenor se consegue, neste primeiro contacto visual, dar realidade ao conjunto.

Já ficou à popa o castelo de Santo Ângelo, onde outrora se travaram medonhas lutas, e a baía continua sempre em seu esplendor fantasmagórico.

Pois é, caro leitor. Desta vez resolvemos marcar ponto de encontro com um autor português já falecido (1898-1974), autor de numerosas obras que guindaram o seu nome, e as letras portuguesas, ao mais alto da literatura mundial, nomeadamente através de «A Selva» (1930) e «A Lã e a Neve» (1974), para além de «Emigrantes», «Eternidade» e «A Missão», entre outros, todos traduzidos em varidíssimos idiomas.

Viajante apaixonado, jornalista também, das suas peregrinações resultaram duas obras não menos conhecidas e divulgadas que aqueles romances: «Pequenos Mundos e Velhas Civilizações» (1937) e «A Volta ao Mundo», onde nos dá relatos pormenorizados, de grande carga histórica, dos lugares percorridos.

É, exactamente, do primeiro volume de «Velhos Mundos» a transcrição que hoje fazemos, a propósito da «Reunião de Malta» e porque a Ilha e a sua História estão, também, ligados, de certo modo, a Portugal.

E porque a História é História, nem o facto desta se reportar a uma publicação de 1937, altura em que Malta era denominada pela Inglaterra, lhe tira interesse e verdade.

Continuemos pois, com a tão maravilhosa descrição de Ferreira de Castro

«... Contudo, o mais belo espectáculo é-nos oferecido

pelo miradoiro florido a que os ingleses chamam Upper Barraca, por ficar situado sobre as muralhas fortificadas, na esplanada onde os canhões salvam os navios de guerra que demandam La Valette.

Este amplo terraço, cortado por duas séries de arcos, entre os quais viceja um jardim, é uma das obras que aqui mandou realizar o português António Manuel de Vilhena, então Grão-Mestre da Ordem de Malta. Deste logradouro público, eminente ao porto, abrange-se o esplendoroso panorama da baía de La Valette e frui-se, à hora do crepúsculo, uma beleza sem par, que mais fantasmagórica do que verdadeira parece ser.

Malta divide-se em vários bairros, sendo cinco os maiores. No tempo em que errou por aqui o conde de Borch, repartia-se em nove; então, como hoje, muitos deles se intitulavam cidades. O bairro principal é o de La Valette; segue-se-lhe o de Floriana e...

Do miradoiro aberto por Vilhena contempla-se o casaredo de todas estas cidades, que edificadas em vários planos, vão desde a linha azul da água até os outeiros mais próximos, com as torres dos seus numerosos templos, as ameias dos castelos, as esplanadas dos fortes...

Saindo-se de La Valette, a cor sofre nova metamorfose. O claro-escuro vai cedendo lugar a uma maior claridade nas frontarias do bairro Floriana, cidade de Emmanuel outrora chamado, em homenagem ao português seu fundador António Manuel de Vilhena. É em Floriana que se encontram, próxima das poderosas fortificações dos Cavaleiros, a monumental Porta das Bombas e, abertas entre templos majestosos e edifícios modernos, largas avenidas arborizadas — aqui onde o vegetal representa um prodígio da vontade humana, pois a ilha, enorme penhasco, nega-lhe terra e húmus. Em 1843, há pouco mais de um século, portanto, um cidadão lusitano — José Joaquim Lopes de Lima — a Malta arribado após viagem tormentosa e mais infeliz, decerto, do que S. Paulo, pois, mal chegou, meteram-no no Lazareto, escrevia no seu ingénua *Jornal de Viagem*: «Nem uma só árvore se oferecia à vista em tão largo horizonte; mar e céu, pedra e navios; 3 portos cheios de naus; 4 cidade e 6 grandes fortalezas se viam ali reunidas, a pouco mais do alcance de um tiro de canhão para todas as partes...»

Não contando as ruínas multimilenárias e os asilos subterrâneos que raças ignoradas abriram e que ainda hoje se podem admirar, é aqui, na Città Vecchia, que a história da ilha melhor se precisa. Malta sofreu, ao longo dos séculos, o jugo de vários povos. Sabe-se que os fenícios nela dominaram antes de Cristo; vieram, depois, os gregos, os cartagineses e os romanos, que dela foram senhores até 870 da nossa época.

E porque, pelo início do dec. XVI,?? «Cavaleiros de Rodes», anteriormente «Hospitaleiros de S. João (de Jerusalém)», expulsos daquela ilha pelo sultão otomano, levavam vida medíocre e apagada, em Roma...

Carlos V, grande do Mun-

## REUNIÃO DE MALTA

## Sobre «A Paz e a Segurança no Mediterrâneo»

Conforme notícia no ELO de Dezembro passado, a ADFA esteve presente na reunião de Malta sobre «A Paz e a Segurança no Mediterrâneo» que decorreu em La Valeta, de 2 a 4 desse mês.

De recordar, e como que a reforçar a extraordinária importância estratégica e económica da região, a circunstância de, exactamente no mesmo período e local, se ter verificado a cimeira entre Bush e Gorbachev, o que, aliás, foi aproveitado para enviar aos dois estadistas uma mensagem de esperança e apoio, assinada, em nome da Federação, pelo Presidente da sua Comissão Executiva, Van Lanschot.

As reuniões de trabalho, que contaram com a presença de representantes da Costa do Marfim, dos EUA, da Finlândia, da França, da Grã-Bretanha, da Holanda, de Israel, da Itália, da Jugoslávia, de Marrocos, da Noruega, da RFA, da Turquia e da URSS, para além de Malta e Portugal, debruçou-se sobre as graves ameaças que pairam sobre «a Paz e a Segurança» no Mediterrâneo, mercê, entre outros aspectos, dos conflitos em curso ou latentes entre e/ou em países da área, designadamente o Médio Oriente e Chipre.

No final do encontro foi adoptado um «Comunicado», no qual, em 17 pontos, se analisam as questões mais relevantes que dizem respeito ao Mediterrâneo, ou que à sua estabilidade podem estar ligados, propondo sugestões e iniciativas, nomeadamente o desanuviamento internacional e as mudanças no leste eu-

ropeu (ponto 3), em particular no quadro da Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa» (p.4); a questão do terrorismo internacional, com grande actividade na zona, agravando conflitos e tensões (p.5); a redução dos efectivos militares, especialmente os navais, e as similitudes e diferenças dos problemas báltico e mediterrânico (p.6); a questão de Chipre (p.8/9); a situação do Médio-Oriente e a reafirmação da «Resolução 15», adaptada pela 17.ª Assembleia Geral da FMAC, já em Outubro de 1982 (p.11), propondo uma conferência internacional para a resolução do problema, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas (p.13); a tragédia do Líbano (p.12); o papel fundamental das «Forças de Paz» da ONU, chamando a atenção para o apoio que os Estados membros devem dar-lhes e repudiando os ataques que têm sofrido e que constituem uma afronta à co-

munidade internacional (p.14); a contribuição da FMAC, e das associações filiais, no quadro do «Processo de Helsínquia» na zona mediterrânica, sugerindo que o problema da sua poluição pelos rios que desaguam no Mar Negro seja examinado na reunião da CSCE, em Palma de Maiorca, de 24SET a 19OUT90 (p.15). Finalmente, os dois últimos pontos, e dada a importância de todas estas questões, preconizam uma intensificação de contactos entre as organizações da região do Mediterrâneo, assim como uma reunião específica, e mais alargada, sobre este tema, podendo a mesma vir a ser realizada, se aceite o convite da representação italiana, em Taormina, na Sicília, em Dezembro.

Também, como é normal em tais ocasiões, muitos contactos separados e particulares foram realizados, devendo nós recordar o do nosso representante, Couceiro Ferreira, com o Secretário-Geral,

Serge Wourgaft, e na perspectiva da preparação da «I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique».

Entretanto, o encontro de Malta foi aproveitado para, em sessão separada e no âmbito do grupo de trabalho sobre a cooperação europeia e sobre os assuntos sociais da CPAE, se examinarem as eventuais repercussões da entrada em vigor do Acto Único Europeu na legislação própria do antigos combatentes e vítimas de guerra, assim como estudar a aplicação a dar às recomendações da reunião bilateral de Viena.

Embora com uma agenda de trabalho bem carregada, houve tempo, também, para uma agradável parte social, em especial as recepções oferecidas pelo Governo, pela Legião Real Britânica de Malta e pelo embaixador de França, para além das visitas a lugares tão ligados à História.



## PONTO DE ENCONTRO

→ do, domo de meio Medeterrâneo e sempre com inimigos a perturbar-lhe a grandeza, pensou que os homens que se batiam em Rodes pela religião e prestígio individual, por ele podiam bater-se também, se fossem habilmente conduzidos. E decidiu, então, oferecer a L'Isle Adam e aos seus devotos à ilha de Malta e Tripoli. Assim, em 1530, oito anos depois de terem perdido Rodes, os cavaleiros de S. João de Jerusalém puderam fixar-se noutra banda. Malta era, então, um árido penhasco, com 25.000 habitantes apenas, que suavemente de sol nado a sol posto para não morrer de fome na terra onde mui dificilmente medrava coisa que se comesse.

Instalados, os Cavaleiros entregaram-se novamente às práticas militares adquiridas em Rodes.

Para substituir os Cavaleiros que morriam, fosse de velhice, fosse em combate, surgiam sempre numerosos candidatos, os mais destemidos fidalgos da Língua da Lusitânia ou da de Castela, da de Itália ou da de França. Grão-Mestre morto, Grão-Mestre posto, cada um que passava na chefia da Ordem ia-lhe desenvolvendo a força e a fama. Entretanto, a sua frota, todos os anos acrescida, velejava constantemente no Mediterrâneo, ora em busca de adoradores de Allah, para os destroçar, ora de barcos com precioso carregamento, para os apresar. As naves de Solimão II, o Magnífico, tributavam particular ogerisa, já por serem infieis, já pelo desejo de vingar a derrota sofrida em Rodes.

Solimão decidiu, então, aniquilar o inimigo.

Em 1565, grande frota de 159 naves, bem tripuladas, bem municiadas, singrava para Malta, por ordem de Solimão e sob o comando do baxá Mustafá. Era, porém, demasiado tarde...

Reinava, então, na ilha, La Valette, seu Grão-Mestre. O serviço de espionagem informara-o, antecipadamente, da resolução do soberano turco. À semelhança do que fizera L'Isle Adam, quantenta e três anos antes, La Valette pede, imediatamente, auxílio aos príncipes cristãos. Desta feita, e ao contrário do que sucedera em Rodes, eles não faltam: em breve aproam a Malta dezenas de naus carregadas de combatentes.

O baxá Mastafá não tem o prestígio nem a visão estratégica do seu amo. Todos os dias perde centenas de homens e, depois da vitória sobre o forte de Santelmo, não consegue lançar nenhuma outra forte raiz na terra maltesa. Assim, quando, finalmente, chega da Sicília o socorro prometido, ele vê-se obrigado a levantar a âncora das suas galeras e a afastar-se com os poucos lutadores que a temerária empresa lhe restavam. Em Malta, Cristo acabava de triunfar sobre Allah. A Turquia ficava vencida. Os Cavaleiros de S. João de Jerusalém vingavam, quarenta e três anos depois, a derrota que em Rodes lhes infligia o poderoso Solimão II.

Esta vitória, tão célebre

no seculo XVI, exaltou os cristãos de toda a Europa e glorificou a Ordem de Malta.

Ö nome de La Valette corria de boca em boca, na Europa inteira, com mais prestígio e admiração do que o dos soberanos europeus. Ele, entretanto, não adormece sobre os louros arrecadados.

De todo o Mundo da cristandade o dinheiro aflui,



prodigamente. D. Sebastião, rei de Portugal, estimado — diz um documento da época — «o famoso propugnáculo daquela ilha, lhe aplicou daquela ilha, lhe aplicou — «o famoso propugnáculo daquela ilha, lhe aplicou — «o famoso propugnáculo daquela ilha, lhe aplicou».

Cercada de formidáveis muralhas, surgiu, assim, sobre o penhasco outrora nu, a cidade de La Valette, que tomou o nome do Grão-Mestre seu fundador.

Construído o inexpugnável baluarte, a Ordem de Malta começou a refazer a sua riqueza.

Quando La Valette cerrou, para sempre os olhos, já a fortuna da instituição se avolumara extraordinariamente.

Veio, depois a batalha de Lepanto, data em 1571. Com a derrota dos turcos, o prestígio dos Cavaleiros aumentava ainda mais. São eles, agora, os verdadeiros polícias do Mediterrâneo.

Entretanto, a Ordem ia aumentando sempre o seu poderio e o seu prestígio. Ser Cavaleiro de Malta constituía honra disputada pela maioria dos fidalgos europeus. Os senhores da famosa ilha formavam uma casta aristocrática, oriunda de vários países da Europa — e sem nobreza durante cinco quarteis ninguém podia fazer parte da Ordem.

Entre eles havia também — tinha havido sempre — numerosos portugueses. Portugal era mesmo, em relação ao número de habitantes, uma das nações onde a Ordem possuía mais comendas — extensas propriedades de bom cultivo, as melhores que a água regava e o sol aquecia desde o Minho aos Algarves.

De tantas comendas e regalias desfrutavam os cavaleiros em Portugal que, para as reunir sem esquecimento de nenhuma, se publicou em Lisboa, em 1744, grosso volume. Intitulava-se *Privilegios concedidos e confirmados por D. João V, nosso senhor, à Ordem e Milícia da Sagrada Religião de S. João do Hospital de Jerusalém de Malta* —

Entretanto, e ainda os

«Cavaleiros Hospitalários» em Jerusalem, D. Afonso Henriques havia conseguido um primeiro Grão-Mestre português, na pessoa de seu filho natural, D. Afonso de Portugal, o qual, porém, afastado da direcção da Ordem pelos próprios companheiros, se recolhe a Portugal, onde morre pouco depois.

E até 1744, data da supra-citada relação de privilégios, mais três Grão-Mestres houve Portugal:

• Luís Mendes de Vas-

concelos, em 1622, que só esteve no cargo durante cinco meses, por falecido (tinha 80 anos...);

• António de Paula, de 1622 a 1636, tendo substituído o anterior, e

• António Manoel de Vilhena, sobre o qual, melhor será deixar «falar» Ferreira de Castro.

«Em 1722 foi eleito Grão-Mestre da Ordem um outro português. Chamava-se António Manuel de Vilhena e era terceiro filho do Conde de Vila Flor, nome assinalado nas batalhas de Elvas e do Ameixial. Tinha régia ascendência castelhana e, muito novo ainda, embarcou para Malta. Ali, pela sua bravosidade, conquistou numerosos cargos militares: capitão de galés, coronel da milícia de campanha, comissário dos armamentos, comissário das guerras. Com a poderação que a idade lhe trouxe, ascendeu a outros postos: chanceler da Ordem, cabeça da Língua de Portugal e Castela, bailio de S. João do Acre e governador do tesouro. E, como remate de vida, elegeram-no, em plena unanimidade, para a chefia da Ordem. Portugal havia encontrado, finalmente, o Grão-Mestre que durante tantos séculos desejara.

António Manuel de Vilhena — o príncipe Emmanuel, como o chamavam em Malta — foi, dentro da mentalidade que informava nesse tempo a Ordem, uma das suas mais notáveis exteriorizações. Prudente, austero, respeitado e conhecendo todos os bastidores da instituição que regia, o seu prestígio em breve irradiou da ilha para várias cortes da Europa. Luís XIV, de França, e D. João V, de Portugal, cortejavam-lhe a simpatia e o auxílio, pois as forças da Ordem, sob a orientação dele, de novo se tornaram valiosas.

Combatente que fora, Vilhena soube defender Malta de um assalto dos turcos e, por sua vez, mandou bombardear Tripoli e cometer outras empresas militares, das quais, em geral, colheu maior fama. Não desdenhando das lutas que carreassem despojos, foi, apesar disso, o primeiro Grão-

Mestre que procurou criar entre a Ordem e os seus inimigos um maior sentido de humanismo. Tentou minorar a situação dos escravos, aceitando a ideia, vinda de Constantinopla, de um tratado de paz por 20 anos e da troca dos cativos muçulmanos, sob os grilhões dos Cavaleiros, pelos que, sendo cristãos, se encontravam a ferros na Turquia. O acordo não chegou, porém, a realizar-se e as naves de Malta prosseguiram na sua faina bélica. Entretanto, Vilhena ia melhorando o seu principado. Fundou e fortificou, poderosamente, o bairro Floriana, abriu miradoiros e ruas, criou, à sua custa, um hospital para inválidos e outro para velhos e doentes incuráveis; ergueu palácios e monumentos.

Havendo, no meio do porto de Mursamussetto, uma pequena ilha, nela Vilhena mandou construir um forte, no intento de defender a entrada da baía. Para o tempo e no seu género obra notável foi, sendo admirada a ponte, de um só arco, que, saltando um abismo, dava passagem à artilharia. Nas *Letres sur la Sicile et sur l'île de Malte*, o conde de Borch, que por aqui cirandou no século XVIII, escrevia:

«O forte Emmanuel honra as mãos que o edificaram. Foi construído graças à generosidade do Grão-Mestre Emmanuel de Vilhena, que o mandou fazer à sua custa e deixou, além disso, uma quantia suficiente para a sua conservação, paga dos 80 homens que o guarneciam e compra de um novo canhão, de 3 em 3 anos. Este príncipe impôs aos seus sucessores uma única condição: que o comandante do forte fosse sempre um português. A Ordem de Malta, em reconhecimento, deu o nome de Emmanuel ao forte e cumpriu com prazer as suas últimas vontades, tanto mais que elas representavam lisonjeira distinção a uma das nações que melhor tinham honrado a Religião de Cristo.

Hoje, a ilha minúscula de Marsamussetto chama-se Manuel; a fortaleza, pedras quase inúteis, lá continua, mas, em vez de um comandante português, alguns militares britânicos velam pela sua conservação. Os novos canhões já não trazem a coroa dos soberanos de Portugal e sim a do rei da Grã-Bretanha. Contudo, à entrada do forte, sobre a porta, uma lápide perpetua o nome do fundador, lembrando que a obra se deve à liberalidade da sua bolsa.

Vilhena foi, em Malta, um novo La Valette e dele os portugueses coevos se orgulhavam como de propriedade sua.

Ele resgatava o patriotismo lusitano dos desaires sofridos, um século antes, durante o mestrado de António de Paula. «Tal era a fama do Grão-Mestre, que o Papa Benedito XIII lhe mandou o estoque e o casco bento, distinção que a Santa Sé não concedia senão a príncipes e personagens que se distinguiam por feitos memoráveis contra os infieis e que consistia numa espada de prata de cinco pés de comprimento e num barrete de veludo carmezim com a imagem do Espírito Santo, em pérolas, benzido solenemente pelo Papa. Esta distinção fora conferida até essa época unicamente a 42 pessoas, sendo D. António Manuel o pri-

meiro Grão-Mestre de Malta que recebeu essa honra».

Vilhena morreu a 12 de Dezembro de 1736, após 14 anos de governo da Ordem. No meio do forte que ele mandara construir lhe ergueram uma estátua e outra na sala de armas do palácio dos grão-mestres.

Entretanto, o gosto da opulência, a tentação do luxo e o amor profano apoderaram-se, definitivamente, dos Cavaleiros.

Em 1741, cinco anos após a morte de Vilhena, um outro português — o último — foi eleito Grão-Mestre da Ordem. Manuel Pinto da Fonseca era o seu nome. Nascido em Lamego...

Mas, infelizmente...

Na eleição não encontrou adversários de reear, porque, sendo ele português, beneficiava do prestígio que, para os Cavaleiros de Portugal, Vilhena criara. Pinto da Fonseca não soube manter, porém, esse legado moral. Rápido, autoritário, em breve se tornou despótico.

Temiam-no pelas suas vinganças, pelos suplícios que inventava para os inimigos. Por mor disso, o seu mestrado foi dos mais longos e dos mais combatidos que a história da Ordem regista.

O Grão-Mestre Lusitano faleceu em 1773, com 91 anos de idade. Conseguiu, com o seu longo e fero mestrado, esmorecer a simpatia que para os portugueses tinha obtido António Manuel de Vilhena.

Também, porém...

A famosa Ordem, bastião dos reis cristãos e temido



Ordem Soberana de Malta ou de S. João de Jerusalém

adversário dos devotos de Allah, aproximava-se do fim.

Em 1798, Napoleão, na sua célebre viagem para o Egipto, resolve apossar-se da ilha. Ele não compreende a existência, próximo de França, de guerreiros que não se encontrem sob o seu comando. Ele sabe, por outro lado, que a posse de Malta auxiliará grandemente a posse do Egipto, por ficar na mesma linha de navegação.

O Grão-Mestre Hompesch ainda tentou resistir. Foi, porém, inútil.

Hompesch, vendo-se perdido, pediu um armistício e enviou, de noite, alguns parlamentários a bordo do *Orient*, navio onde Bonaparte se instalara.

A Ordem de Malta, a Ordem dos Cavaleiros de S. João de Jerusalém, reduto da fidalguia europeia, com cerca de oito séculos de existência, vencedora de monarcas poderosos, protectora de outros, dona de terras sem conta e gloriosa em muitos e rijos prélios, terminava numa noite de temporal, a bordo de um navio que o mar embravecido agitava como se fosse um simples destroço... Mais tarde, a sua sede instalar-se-ia em Roma,

mas isso seria apenas uma recordação do poderio perdido...

Ironicamente...

Ao sexto dia do seu desembarque em Malta, Bonaparte, depois de ter revolucionado os costumes da ilha, volta para bordo do *Orient*; por uma fragata manda ao Directório os estandartes da Ordem e o punhal de La Valette — e parte para o Egipto, acompanhado por numerosos Cavaleiros que pediram para tomar parte nessa expedição famosa.

O *Orient* vai carregado de tesouros artísticos, objectos de ouro e prata. Os franceses demonstram sempre bom gosto: mesmo em acto de pilhagem, preferem as obras de arte... Mas, ao chegar próximo de Alexandria, o navio foi afundado pela esquadra de Nelson e, desde então, essas preciosidades de Malta jazem no fundo do mar.

Caído Napoleão, os ingleses instalam-se na ilha a partir de 1800, tendo-se Malta tornado independente em 1964.

Para terminar este apontamento, e porque o nosso Chefe de Estado, precisamente no passado dia 19, na sua deslocação a Itália, fez uma «visita oficial» à Ordem Soberana e Militar de Malta, retribuindo aquela que trouxe o respectivo Grão-Mestre a Lisboa, no ano passado, convém ficar a saber que a Ordem ainda existe, de facto, com estatuto soberano e representação diplomática a nível de Estado, com relações com dezenas de países, embora os seus «domínios» se estendam apenas pela sua Sede, na Via Condotti e outras instalações na colina Aventino, em Roma (a que são reconhecidas pela Itália, a extraterritorialidade).

No entanto, os objectivos actuais da Ordem, e dos seus cerca de dez mil membros, já não é combater senão a fome, a miséria e a doença, através de uma actividade humanitária espalhada por todo o Mundo, sem olhar a religiões ou outras diferenças, mantendo e colaborando com hospitais e clínicas, dedicando particular atenção à luta contra a lepra no terceiro mundo, ajudando as Missões e treinando pessoal de enfermagem. Por alguma razão um dos votos formulados pelos antigos cavaleiros era o de «ajudar os pobres».

Por curiosidade, acrescentaremos que uma outra Ordem, considerada extinta desde 1314, por acordo entre o Papa Clemente VI e o rei Filipe, o Belo, de França, procura, nesta altura precisa, voltar a fazer-se reconhecer pelo Vaticano.

Trata-se da Ordem dos Templários que, subsistindo na clandestinidade até agora, ou numa semiclandestinidadade, realizou também no fim de semana de 17/18FEV, um Conclave, no Algarve, procurando, com a presença de «cavaleiros» de onze países da Europa e também dos Estados Unidos, fazer reapreciar a questão da Ordem, para a qual, aliás, e a exemplo do que fez a de Malta, propõem as devidas adaptações aos tempos actuais.

Realce-se que é 51.º Grão-Mestre e príncipe regente» da Ordem dos Templários, um português, o qual, já sucedeu a seu Pai no cargo.

# NOVA SEDE

# PARA ALÉM DA ADJUDICAÇÃO...

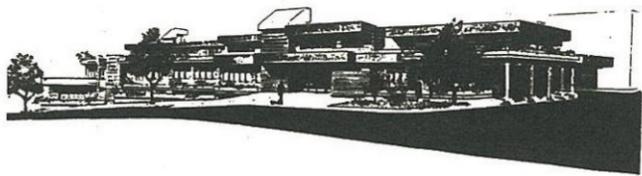
Um grande passo foi dado neste período quanto à nova Sede, conforme se dá conveniente testemunho e destaque nas páginas centrais deste mesmo «ELO».

Realmente, a assinatura do contrato de empreitada para a 1.ª fase de obras parece ter terminado com o que parecia um impasse no andamento deste grande objectivo da ADFA.

Não que se tivesse parado nos trabalhos e nos contactos com vista ao prosseguimento do projecto. Exactamente, antes pelo contrário, e como sempre foi acompanhado e referido pelo «ELO», multiplicaram-se as audiências e as conversas com as entidades oficiais, no sentido de que a adjudicação, quando fosse assinada, estivesse garantida em toda a sua globalidade e responsabilidade, procurando-se que, começada a obra, ela não mais caísse em situações de atraso, completamente em fases ininterruptas.

Dadas, quer pelo Ministério da Defesa quer pelo Ministério do Emprego e da Segurança Social, as garantias consideradas suficientes, a serem firmadas em Protocolo próprio, pôde a Direcção Central avançar para a, já tardia, adjudicação. Mas mais vale tarde do que nunca, o que neste caso corresponde a ter os pés bem assentes no chão. E num projecto de tal envergadura, significado e futuro, isso era imprescindível. De «elefantes» está este país já demasiado cheio e não cabia à ADFA, por muito que defenda a Natureza e o seu reino animal, lutar pela preservação, muito menos pela proliferação, de tal espécie...

Mas, como se disse, não se parou. E a «campanha de fundos» é bem uma prova disso. Atingidos e bem ultrapassados os 2 mil contos, em Janeiro, ficou o saldo bem posicionado para correr para a meta dos dois mil e quinhentos, aquele, que ao contrário do que nós próprios pensávamos, foi mesmo já atingida, ainda que por escassos 10 mil escudos.



Dentro deste ritmo e vontade, quase que outra aposta se poderia fazer: os 3 mil contos, quando? Os nossos associados, os nossos amigos o dirão!...

Entretanto, embora ainda não nomeado oficialmente, porque incompleta, a «Comissão de angariação de fundos» já está a trabalhar no seu programa de campanha e contactos, prevendo-se bastante dinamismo, e algumas surpresas, na sua acção. «ELO» procurará «infiltrar-se» e desvendar alguma coisa, logo que possível.

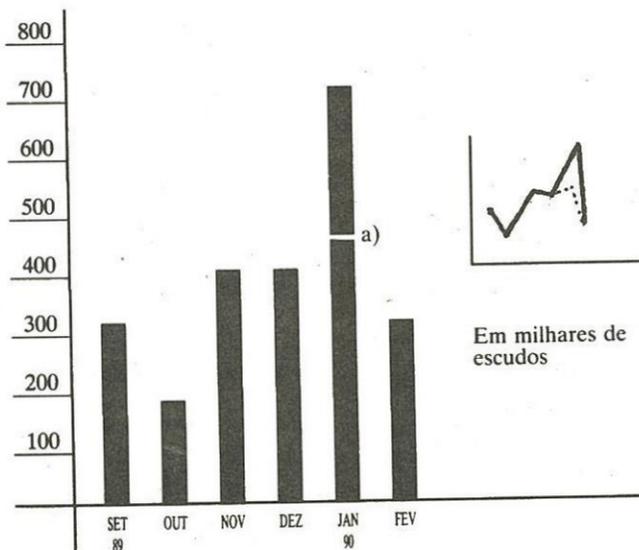
Voltando aos donativos já obtidos, pensou a redacção apresentar um quadro estatístico da sua distribuição, por Delegações, ma acabou por desistir, em princípios, pois isso seria um tanto irrealista, e até injusto, embora se procurasse fazer a relação com o número de sócios inscritos em cada uma, já que muitos dos contributos entregues na Sede, por exemplo, são associados de vários locais do país e que se deslocam a Lisboa para tratar de várias questões ou que aqui estão em residência temporária. Uma coisa, porém, é certa: o alargamento da campanha a «não sócios», só na Sede tem sido incentivada. E mesmo aqui, infelizmente, ainda com pouca força para um tão grande potencial de contribuintes. Que Delegação, que sócio, que ou é capaz e contrariar essa situação? Por vezes basta apenas um pouco de interesse e mostrar o «ELO» ao amigo, ao vizinho, ao colega de emprego, ao antigo combatente e ex-camarada...

A ADFA, o seu III Congresso, os Órgãos Sociais Centrais e Regionais, enfim, o colectivo, traçou uma meta para a qual se encaminha, e bem, em passos mais seguros do que grandes. Tracemos, também, cada um de nós, a sua meta de contribuição, quer por dádiva pessoal quer por ofertas conseguidas de terceiros.

**O «ELO» quer anunciar, em Dezembro deste ano, ultrapassados os 10 000 000\$00!**

E sem incluir nesta verba as conseguidas pela «Comissão de angariação de fundos». Isso é outra lista específica, embora também a divulgar nas nossas páginas.

Por enquanto vamos às nossas contas, aos já nossos 2500 de boa-vontade. Antes ainda, porém, um pequeno quadro da sua evolução mensal:



a) De notar que mesmo sem a contribuição de 250 contos de Mota & Companhia, Dezembro seria ainda o ponto mais alto do mapa. Só que não se teriam atingido os 2 milhões...

**RECTIFICAÇÕES:** uma primeira, diz respeito ao donativo do associado 10214, Júlio P. Ferreira, em Janeiro, que foi de 5000\$00 e não de 1000\$00, como indicado. Do lapso, as nossas desculpas, com a correcção na lista deste mês.

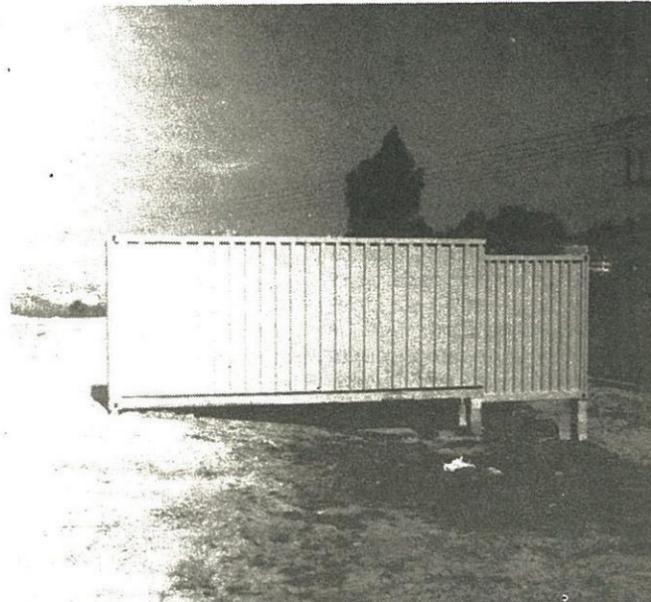
A segunda é sobre o quantitativo total, já que tendo sido no «A transportar» de Novembro, trocados dois números (986 400\$ por 968 400\$), esse erro «deu-nos» 18000\$ a mais, que no «Transporte» de hoje se tiram.

**Transporte (JAN 90) ..... 2 162 058\$00**  
**SÓCIOS**

N.º	NOME	QUANTIA
<b>(Sede)</b>		
10214	Júlio P. Ferreira .....	4 000\$00
5392	Óscar L. Santos .....	10 000\$00
5089	Mário P. Machado .....	10 000\$00
227	Augusto B. F. Mata .....	10 000\$00
9748	Manuel J. Silva .....	10 000\$00
9222	Raul M. Ferreira .....	10 000\$00
773	Domingos F. Araújo .....	10 000\$00
5376	Acácio Lopes .....	60 000\$00
6085	Jacinto António .....	2 000\$00
4678	Joaquim J. L. Santos .....	2 000\$00
10670	António J. Pombinho .....	1 000\$00
9874	Fernando G. Oliveira .....	5 000\$00
10521	António F. D. Francisco ..	2 000\$00
11725	Joaquim R. Silva .....	1 000\$00
2362	José O. Querido .....	5 000\$00
7048	Manuel M. Pereira .....	1 000\$00
6479	Joaquim J. R. Gaio .....	1 000\$00
361	José C. L. Joaquim .....	1 000\$00
6824	Armando R. Pereira .....	3 100\$00
10584	Armando C. Santos .....	1 000\$00
8443	Bento A. Figueiredo .....	2 000\$00
9352	Vírgilio R. Garcia .....	5 000\$00
2064	José Figueiredo .....	5 000\$00
782	Manuel S. M. Bicho .....	2 000\$00
11188	Alberto J. F. Macedo .....	5 000\$00
6006	António J. T. Silva .....	5 000\$00
800	Joaquim S. Santos .....	5 000\$00
9329	José M. C. Gomes .....	5 000\$00
11359	Armando P. A. Videira ...	1 000\$00
11362	Guilherme V. Roussado ..	5 000\$00
11893	Manuel A. D. Bravo .....	1 000\$00
4861	Itelvino M. Cardim .....	2 000\$00
488	Manuel L. L. Silva .....	1 000\$00
1138	José M. Vieira .....	3 000\$00
3190	Daniel R. Alves .....	2 000\$00
9407	Amaro A. Gordo .....	2 000\$00
2413	Vítor M. A. Ramos .....	1 000\$00
10669	Manuel A. P. Andrade ....	5 000\$00
5491	João P. Gomes .....	2 000\$00
1752	António M. Costa .....	5 000\$00
11977	Mário M. F. Mansos .....	1 000\$00
<b>(Bragança)</b>		
5016	José L. F. Macedo .....	2 000\$00
376	Manuel L. Martins .....	3 000\$00
7408	Mário S. Geraldês .....	1 000\$00
2790	Domingos A. Meirinho ....	1 000\$00
4949	Ademar A. Figueiredo ....	1 000\$00
9812	Adelino António .....	1 000\$00
11143	António M. A. Tranchete ..	1 000\$00
2779	José A. P. Gomes .....	2 000\$00
3114	Cândido B. Lopes .....	1 000\$00
2783	Olímpio S. Ferreira .....	2 000\$00

11138	Manuel S. Pero .....	5 000\$00
2780	Luís M. Mendes .....	2 000\$00
2781	Gualter A. Afonso .....	1 000\$00
2789	José M. R. Cristóvão .....	5 000\$00
<b>(C. Branco)</b>		
4251	António M. Nunes .....	2 000\$00
9252	Firmino N. Simão .....	2 000\$00
<b>(Coimbra)</b>		
1819	Luís R. C. Caeiro .....	5 000\$00
6502	Homero C. Serra .....	10 000\$00
4877	Arménio F. Santos .....	1 000\$00
4388	Miguel A. N. Costa .....	1 000\$00
11025	Saúl S. C. Sousa .....	2 000\$00
9496	Octávio C. Silva .....	3 000\$00
6200	Francisco J. N. C. Ferreira	10 000\$00
2098	Rui A. M. S. Briote .....	2 000\$00
12012	Manuel S. Pereira .....	1 000\$00
2843	António J. P. Santos .....	2 000\$00
9968	José A. T. Calinas .....	2 000\$00
<b>(Faro)</b>		
5635	Manuel D. Conceição .....	5 000\$00
7105	José M. Candeias .....	2 000\$00
<b>(Porto)</b>		
4955	Celestino G. Furtado .....	3 000\$00
4966	Manuel D. C. Silva .....	5 000\$00
1661	Américo L. O. Meireles ...	5 000\$00
7072	Serafim M. Dias .....	3 000\$00
7290	Manuel P. Vilela .....	5 000\$00
5536	António S. Sousa .....	2 000\$00
8886	Fernando A. Neiva .....	2 000\$00
9742	Francisco M. C. Barros ....	1 000\$00
11631	David G. Costa .....	1 000\$00
4977	José M. M. Ferreira .....	1 000\$00
10379	António R. Cardoso .....	2 000\$00
3061	Luís J. Aguiar .....	3 000\$00
10384	Eduardo S. Teixeira .....	1 000\$00
5066	Domingos D. Silva .....	10 000\$00
3542	Joaquim O. Silva .....	1 000\$00
3604	Luís M. Silva .....	1 000\$00
11656	António P. Ferreira .....	1 000\$00
<b>(Setúbal)</b>		
4500	Manuel J. G. Caeiro .....	1 000\$00
2078	Domingos C. Pires .....	1 000\$00
8118	Manuel F. Pires .....	3 000\$00
2077	António M. Pereira .....	1 000\$00
9717	Armando T. R. Pereira ....	1 000\$00
793	Manuel M. P. Gonçalves ..	1 000\$00
2367	Joaquim A. Raposo .....	1 000\$00

**A transportar (FEV 90) ..... 2 510 158\$00**



Não é o edifício, mas já é um princípio...

Para terminar, por hoje, algumas notas/curiosidades sobre a «campanha de fundos». Poderá parecer estranho a algumas pessoas o aparecerem, por vezes, quantitativos não muito «clássicos», como os que se apresentam com o que parecem ser «trocos». Pois fique-se a saber que são exactamente isso, isto é, alguns associados, ao balcão da Secretaria, tendo que receber dinheiro de contas ou trocos do que vieram pagar, mandam entregar essas quantias no Fundo da Nova Sede. Bons exemplos...

Por outro lado, quem consulte as lists com algum cuidado, poderá ver nomes que se repetem, em meses diferentes. Não é engano, não senhor. E que há quem já tenha contribuído mais de uma vez e mesmo quem, não vivendo em Portugal tenha deixado cheques datados até ao fim do ano.

E há, também, quem não dê nada, claro.

# VI Colóquio da Imprensa Militar

Jornal do EXÉRCITO

Continuação

Encerrada a sessão de abertura e após breve intervalo para café, iniciaram-se os trabalhos com um período de perguntas ao dr. Lechner, a que se seguiu uma intervenção do general Vítor Mesquita, Director da «Revista do Serviço de Administração Militar» que abordando a «Situação da Imprensa Militar no seio das Instituições e sua importância», suscitou animada troca de opiniões sobre o assunto.

A terminar este primeiro dia, foi a vez do nosso Director intervir

Patuleia Mendes iniciou a sua alocução realçando a satisfação do ELO em ser convidado para comparecer e participar, pela segunda vez consecutiva, nos Colóquios das revistas militares e por ocasião do VI, organizado pelo «Jornal do Exército», que felicitou na pessoa do seu Director, general Elmano Rocha, pela passagem do 30.º aniversário da sua publicação. Salientando a importância com que a ADFA encarou tal convite, enquadrando-o num âmbito mais lato, num sentimento de reconhecimento e apoio que, nos últimos anos e por parte de toda a Instituição Militar, tem sido manifestado aos deficientes militares, ao nosso jornal e à nossa Associação.

Feita uma curta resenha histórica traçado o actual enquadramento da ADFA, 15 anos após a sua criação, entrando no tema específico proposto para o Colóquio, o Director do ELO afirmou:

«A sociedade portuguesa, embora tenha reconhecido nos Artigos 71.º, 73.º, 74.º, e 75.º, da Constituição da República, a igualdade para todos os cidadãos, incluindo os deficientes, no acesso a todas as áreas de convi-

vência social, continua a manter, para com as pessoas portadoras de deficiências, critérios de marginalização activa e por inércia. Temos assim a marginalização activa que se caracteriza, quantas vezes, pela repressão e abandono dos deficientes por parte da instituição familiar e da própria sociedade, e a marginalização por inércia, manifestada num sem número de casos, de que se pode realçar a inadaptação dos transportes públicos para

um ambiente hostil dentro da própria família, sente, pela primeira vez e em inúmeros casos, o estigma da marginalização, afirmando:

«Cabe, por outro lado, à Comunicação Social, como fazedora de opiniões e como força capaz de movimentar os homens para contribuir e participar nos fenómenos que os rodeiam, um papel fundamental e primordial para a consecução de tal objectivo. Realço aqui a

das, nos campos e matérias da sua especificidade.

Disse ainda, e a concluir, o Director do nosso jornal:

«Hoje, os novos métodos de intervenção junto da sociedade, como o «marketing», apontam-nos como meio para alcançar objectivos, a venda de imagem e nem a temática da deficiência se pode furta a tal dinâmica. Por isso é urgente e imperioso, para a questão das pessoas com deficiência, que a Comunicação Social e., designadamente, a classe jornalística, avalie e aproveite, dos deficientes, as suas capacidades em vez de lhes graduar as desvalorizações, para se avançar no sentido da procura de uma sociedade realmente mais justa e humana.

A AFA, com apoios governamentais já garantidos e cogitando colaboração de outras entidades públicas e privadas, incluindo a instituição militar, pretende deixar, para as gerações mais novas, um documento e um marco informativo dos ideais dos deficientes militares e da sua vontade de Paz, assim como do querer de reintegração social de todos os deficientes portugueses: A SUA NOVA SEDE!

Esta realização, cujo início se prevê para breve, pretende-se que seja fruto do esforço da ADFA e de toda a Nação, num reconhecimento inequívoco, por parte desta, do labor dos deficientes militares e da Associação em que se congregam, vindo a ser a sua construção uma prova idónea da sua capacidade organizativa e um motivo de orgulho para a instituição militar, de onde provém e, num sentido mais amplo, para toda a sociedade portuguesa.»

Continua



o uso de deficientes, a existência de profundas barreiras arquitectónicas no acesso de grandes deficientes motores à habitação e ao equipamento social, designadamente Repartições Públicas, locais de diversão e cultura, e os critérios de selecção para emprego que, na grande maioria dos casos, inibe, à partida, o deficiente de se candidatar ao seu mais elementar direito ao trabalho.»

Indicando, seguidamente, que tal situação só se transformará quando houver uma total renovação de mentalidades que permita a alteração das atitudes, Patuleia Mendes acrescentou que tal transformação, como acto de cultura, deve partir dos bancos da Escola, onde ainda hoje a criança deficiente, se não encontra

importância, a meu ver subaproveitada, que têm a imprensa regional e as novas rádios de expansão regional e local, elementos de comunicação que, por força da proximidade do público a que se dirige, deverão ter profunda capacidade de intervenção nas suas zonas de influência informativa.»

Recordando as directivas para a área de informação do III Congresso da ADFA, foi evidente aquela que determina a realização de um seminário com a Comunicação Social, tendo sido, também, salientada toda a profundidade do princípio «Reivindicar é informar» nas sociedades actuais e toda a necessidade de uma participação e intervenção das «Organizações Não Governamentais», devidamente apoia-



## Biblioteca sonora da Biblioteca Pública Municipal do Porto

Na posse do respectivo Catálogo de Gravações — Suplemento 1988, constatamos da enorme diversidade de títulos à disposição, o que é de realçar, propondo-se o ELO divulgar, ao longo de várias edições, pelo menos as obras que nos parecem de maior interesse, embora seja subjectiva tal escolha, claro.

## NOTICIÁRIO vário

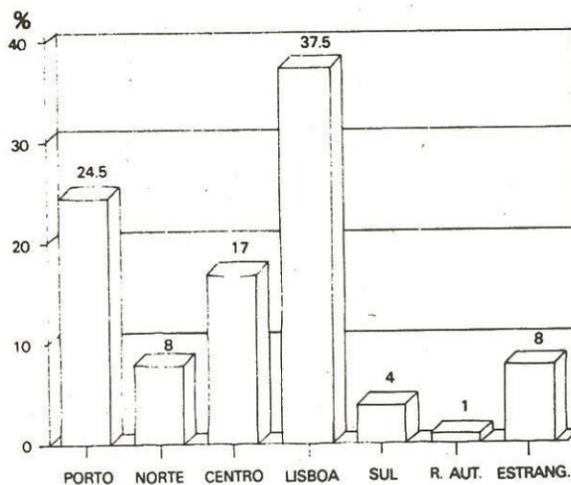
A fim de se poder ter uma ideia do serviço prestado, e da possibilidade de leitura eis o Sumário do catálogo, apenas quanto a temas:

Biografias, Biologia, Cibernética, Ciências Sociais, Direito, Economia, Epistemologia, Filosofia, História de Portugal, História Universal, Linguística e Estudos Literários, Literatura de Expressão Alemã, Literatura de Expressão Francesa, Literatura de Expressão Inglesa, Literatura de Expressão Portuguesa, Literatura Infantil, Música, Pintu-

ra, Política, Psicologia, Religião.

Por curiosidade, um

mapa actual dos dados percentuais de utilizadores, por regiões:



## AUTOMÓVEIS CITRÖEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
2 CV	677 913\$00	866 049\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	824 799\$00	1 095 949\$00
AX 10 TRE 5 PORTAS	961 551\$00	1 255 949\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	862 664\$00	1 211 149\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	909 673\$00	1 266 949\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	948 134\$00	1 311 949\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	999 416\$00	1 371 949\$00
AX 14 T2S 3 PORTAS	972 482\$00	1 496 949\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 028 039\$00	1 561 948\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 671 948\$00
AX GT 5 PORTAS	1 181 986\$00	1 741 949\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 179 088\$00	1 681 919\$00
BX 11P1	1 174 630\$00	1 576 949\$00
BX 11P2	1 210 617\$00	1 619 054\$00
BX 14 RE P1	1 301 544\$00	1 881 949\$00
BX 16 TRS P1	1 481 390\$00	2 460 159\$00
BX 16 TRS TRS P2	1 541 595\$00	2 530 598\$00
BX 16 TRS P3	1 721 095\$00	2 740 613\$00
BX 16 RS P1 (BREAK EVASION)	1 567 971\$00	2 561 458\$00
BX 16 RS P2 (BREAK EVASION)	1 696 681\$00	2 712 049\$00
BX 16 GTI	2 115 399\$00	3 201 949\$00
<b>DIESEL</b>		
AX 14 RD 5P	1 113 375\$00	1 662 142\$00
AX 14 D (ENTERPRISE)	1 090 469\$00	1 282 178\$00
BX 19 TRD P1	1 707 823\$00	4 322 486\$00
BX 19 TRD P2	1 871 796\$00	4 514 335\$00
BX 19 TRD P3	2 102 004\$00	4 783 678\$00
BX TRD TURBO	1 972 585\$00	4 466 773\$00
BX 19 RD (EVASION) P1	1 727 299\$00	4 345 274\$00
BX 19 RD (Evasion) P2	1 856 351\$00	4 496 264\$00
C 15 D (FOURGON)	1 273 085\$00	1 495 839\$00
C 25 1400 (STANDARD)	1 795 745\$00	2 107 351\$00
C 25 D 1800 GV	2 038 394\$00	2 391 250\$00

— A opção pela pintura metalizada, terá um adicional que varia entre os 12 contos e os 52, conforme o modelo.  
— Os sócios interessados em Citroën, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12.30 h, às 14 h, através dos Telef. 346 21 67 e 859 50 16 após as 19 horas. A. PINTO.

Outras informações: horas de expediente

## Viaturas OPEL

MODELO	PR. BASE	P. V. P.
<b>MODELO CORSA</b>		
GT 1.4 3P	1 133 300\$00	1 725 734\$00
SW 1.0S 3P	825 500\$00	1 121 587\$00
SW 1.2ST 2P	899 600\$00	1 306 236\$00
SW 1.2ST 4P	952 700\$00	1 368 360\$00
SW 1.2ST 3P	886 400\$00	1 290 782\$00
SW 1.2ST 5P	931 800\$00	1 343 910\$00
GL 1.2ST 3P 5 Vel.	955 300\$00	1 371 400\$00
GL 1.2ST 4P 5 Vel.	1 004 200\$00	1 428 610\$00
GL 1.050 900\$00	1 050 900\$00	1 483 250\$00
GL 1.2ST 5P Super	1 037 300\$00	1 467 340\$00
GSi 1.6i 3P	1 377 900\$00	2 362 980\$00
<b>MODELO DIESEL</b>		
SW 1.5D 4P	1 170 700\$00	1 855 077\$00
SW 1.5D 4P	1 163 300\$00	1 846 419\$00
GT 1.5TD 3P (Turbo)	1 410 100\$00	2 145 120\$00
<b>MODELO KADETT</b>		
S 1.2S 3P	1 160 286\$00	1 611 795\$00
LS 1.2S 5P	1 211 881\$00	1 672 161\$00
LS 1.4NV 3P	1 239 940\$00	1 851 058\$00
LS 1.4NV 4P	1 314 262\$00	1 938 015\$00
LS 1.4NV 5P	1 301 155\$00	1 922 680\$00
GL 1.4NV 3P	1 330 952\$00	1 957 542\$00
GL 1.4NV 4P	1 393 917\$00	2 031 211\$00
GL 1.4NV 5P	1 367 607\$00	2 000 429\$00
GL 1.4NV 4P (LUXO)	1 555 786\$00	2 220 598\$00
GL 1.4NV 5P (LUXO)	1 529 571\$00	2 189 927\$00
GL 1.6S 4P	1 632 667\$00	2 661 613\$00
<b>DIESEL</b>		
LS 1.7DA 4P	1 495 678\$00	2 548 330\$00
<b>CARAVANAS</b>		
LS 1.4NV 5P	1 441 119\$00	2 086 438\$00
GL 1.4NV 5P	1 727 273\$00	2 421 238\$00
GL 1.6S 5P (LUXO)	1 771 571\$00	2 777 331\$00
<b>DIESEL</b>		
LS 1.7DA 5P	1 566 613\$00	2 631 344\$00
<b>VECTRA</b>		
GL 1.4NV 4P	1 763 107\$00	2 464 749\$00
GL 1.4NV 5P	1 812 143\$00	2 522 121\$00
GL 1.6NV 4P	1 853 202\$00	2 921 225\$00
GL 1.6NV 5P	1 902 238\$00	2 978 597\$00
GLS 1.6SV 4P	1 980 964\$00	3 070 706\$00
GLS 1.6SV 5P	2 030 833\$00	3 129 053\$00
GT 2.0SEH 5P	2 397 452\$00	5 259 996\$00
CD 2.0NE 4P	2 515 607\$00	5 398 237\$00
CD 2.0NE 5P	2 561 679\$00	5 452 142\$00
<b>DIESEL</b>		
CL 1.7D 4P	2 052 226\$00	3 201 076\$00
GL 1.7D 4P (METAL)	2 098 298\$00	3 254 980\$00
<b>MODELO OMEGA</b>		
Omega GLS 2.0i 4DR (Met.)	2 466 400\$00	5 328 103\$00
Omega GLS 2.0i 4DR (Met.) Tecto Abrir	2 576 400\$00	5 456 803\$00
Omega GLS 2.0i 4DR (Met.) Ar Condic.	2 699 800\$00	5 601 181\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Sol)	2 012 100\$00	6 859 797\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Met.)	2 056 800\$00	6 912 096\$00
Omega GLS Caravan (Met.)	2 573 700\$00	5 453 644\$00
Omega GLS Caravan (Met.) Tecto Abrir	2 683 700\$00	5 582 341\$00
Omega GLS Caravan (Met.) T. Abr. Ar. Con.	2 917 100\$00	5 855 422\$00

Alguns dos preços aqui apresentados, não contemplam as cores metalizadas, mas, se for essa a sua opção, os preços variam entre os 17.300\$00 e 44.700\$00 conforme o modelo.

Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12h30 às 14h00, através dos Telefones 346 21 67/8 e 859 5016, após as 19h30. A Pinto.

Outras informações: horas de expediente.

# TIPOGRAFIA-ESCOLA

## — na sua remodelação outra aposta da ADFA

**Cerca de 30 mil contos para uma maior dinâmica, maior capacidade de concorrência, mais postos de trabalho!**

Dentro das directivas do II Congresso uma houve que agora sofreu forte impulso. Aceitando o desafio de criar e rendibilizar fontes de receita, a Direcção Central apostou na remodelação da tipografia-escola como condição fundamental para lhe assegurar maior capacidade de competição num mercado de trabalho já conhecido, mas nem por isso mais fácil, criando também mais postos de trabalho e proporcionando o alargamento de especializações na área das artes gráficas, em termos de Formação Profissional.

Assim, concretizando um investimento de quase trinta milhões de escudos, grande parte da oficina tipográfica foi modernizada, substituindo-se as máquinas mais antigas por moderno material de «offset» e outro equipamento, o que irá possibilitar uma muito maior capacidade de resposta às solicitações/exigências do mercado e uma também maior rendibilização do capital humano de que se dispõe.

Recebido e montado o material, uma equipa do ELO foi visitar a tipografia, aproveitando uma passagem por lá do tesoureiro da DC, Armindo Matias, e do responsável pelo departamento de Formação Profissional, Sarmiento Coelho.

E lá vimos algum novo equipamento já a funcionar, como o «offset» e a máquina de dobragem, enquanto outra aparelhagem, de fotografia e revelação, de montagem ou de transporte, aguardavam, também preparada, a vez, a necessidade de ser utilizada.

Nota-se mais espaço, mais dinâmica, embora algum do material anterior continue ao serviço, já que é necessário em vista a um mercado tipográfico que permanece. Também o gabinete de escritório e a câmara escura foram melhorados, o que se tornava imprescindível, face às exigências do desafio proposto.

E visto tudo isto, resolvemos ouvir os responsáveis.

Disse-nos Armindo Matias, perante a pergunta do que tudo aquilo significava:

«Significa que é preciso ter uma boa dose de coragem para assumir um encargo financeiro de 28 mil contos, embora estejamos confiantes que o vamos recuperar num curto espaço de tempo. Significa, também, uma boa dose de risco, mas risco calculado, porque é uma aposta na capacidade das pessoas que aqui trabalham.»

Falando sobre os objectivos que se pretendem atingir com esta iniciativa, referiu que o primeiro

é aumentar a rendibilidade da tipografia e proporcionar mais receitas à ADFA, sendo o segundo conseguir maior competitividade e criar maior capacidade de resposta perante a concorrência, acrescentando:

«Quanto ao terceiro objectivo, e desejo salientar, é o de proporcionar uma realização pessoal e profissional às pessoas que aqui trabalham. Foi para mim muito grato ouvir as palavras do sr. Barradas. Eu penso que ele está entusiasmado porque saíram os monos entraram máquinas novas; há outras condições de trabalho e até mais espaço para as cadeiras de rodas. Creio que apesar de estar exausto com tanto trabalho, está também feliz por esta mudança.

Seria ainda bastante interessante se conseguíssemos aumentar os postos de trabalho. Aliás já confirmei que foi admitido um montador/preparador e um impressor, embora um a tempo parcial. Mas seria realmente muito bom que este investimento viesse a proporcionar possibilidades de trabalho a mais deficientes. Não sei se isso está nos nossos objectivos mais imediatos, mas penso que seria um aspecto a privilegiar.

Finalmente, julgo que nos devemos servir deste equipamento para a Formação Profissional, em acções e cursos que estão no nosso âmbito.»

Mário Mendes, o associado responsável administrativo da tipografia, depois de um breve histórico da mesma, e reafirmando o carácter de desa-



fio que é o da modernização, até pela grande concorrência existente, disse:

«Nós, ao contrário do que alguns pensam, estamos a funcionar no mercado como qualquer outra gráfica e o que pretendemos é apenas trabalho. Até aqui não tem faltado, o que não quer dizer que não possa faltar agora. Espero que não, claro, só que para viabilizar um investimento de 28 mil contos em cinco anos, tem de haver bastante mais encomendas, bastante mais produção, num ritmo sem grandes sobressaltos.»

Questionado sobre se, realmente, não havia entidades que privilegiassem a tipografia por ser, exactamente, da ADFA, reafirmou a negativa, acrescentando que embora 3 ou 4 clientes mais regulares, entre civis e militares, o mercado exi-

mais 3, foi a vez do responsável pela parte oficial, o nosso associado Barradas, dizer ser esta mudança bastante boa, com uma perspectiva de trabalho superior, principalmente em grandes tiragens, embora não possa ser dispensada totalmente a parte de tipografia em favor do offset, visto que as duas se completam, já que para pequenas encomendas, a 1 ou 2 cores, a primeira ainda é preferível, assim como:

«...por exemplo, o offset tira 150 blocos a 100 folhas, o que dá 15 000, muito mais rápido, muito mais perfeito, em todos os aspectos. Só que depois tem que ir à parte gráfica, à tipografia, para numerar. Por isso...»

Finalmente ELO ouviu o associado Sarmiento Coelho o qual, depois de frizar, também, a intenção de dinamização e competitividade da aposta feita, referiu as suas possibilidades no campo da Formação Profissional:

«Perante este quadriénio em que os programas

ge cotações e orçamentos e, dentro de uma qualidade de trabalho necessária, quem faz preços mais baixos é quem ganha.

«Mas a aquisição deste material já permitiu que se enviassem largas dezenas de circulares a potenciais clientes, a empresas que nunca nos deram trabalho ou mesmo nos pedi-

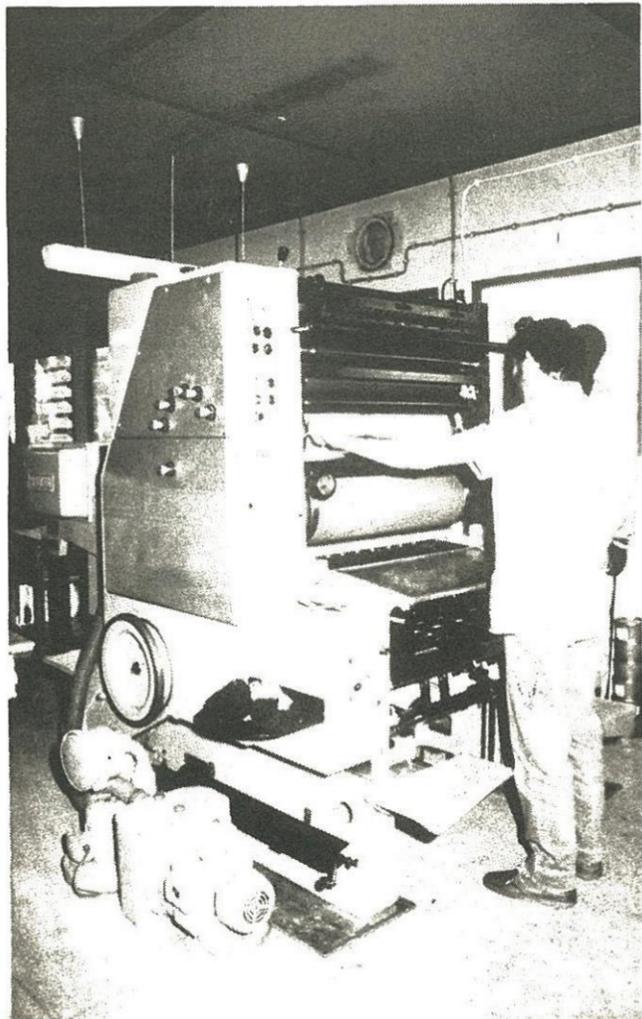


ram preços. E já estamos a ter uma certa receptividade, com pedidos de orçamento e a indicação de encomendas. Mas há ainda quem não saiba sequer que existimos...

ELO: Talvez que uma publicidadezinha no nosso jornal...

E depois de Mendes ter referido que se tinha passado de 12 para 15 trabalhadores, havendo capacidade para, pelo menos,

operacionais trazem alterações bastante significativas em relação aos anos anteriores, é fundamental que a F. P. dê alternativas na parte de especialização, a que corresponde ao final daquela. E só existindo oficinas em que os formandos possam estar inseridos, como sendo um posto de trabalho, isso é possível. E a ADFA, agora, passa a dispor dessas condições.»



### TIPOGRAFIA — ESCOLA DA A.D.F.A.

Executa todos os trabalhos no Campo das Artes Gráficas, nomeadamente:

- Encadernação
- Fotografia
- Impressão
- Montagem
- Off-Set/Tipografia

Entre os quais:

- Livros
- Embalagens
- Cartões
- Facturas
- Recibos
- Guias de Remesas
- Cartas
- Envelopes

Contactar: Tipografia Escola ADFA  
(Sr. Mário Mendes)  
H.M.P. Anexo  
Rua da Artilharia 1, n.º 107  
1000 LISBOA  
Telf. 65 36 93